



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 40

Sessão Ordinária de Junho

3.ª Reunião de 13-07-2011

Aos treze dias do mês de Julho de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário, e da Vogal Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, na qualidade de Segunda Secretário, e com a presença dos Vogais, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sésando Alves dos Reis, Silvestre Paiva da Silva, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Viera Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Júlio Campos Soares, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.[oi](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada não se verificaram ausências.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes (Chegou às 21:00 horas), José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa, e Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 24:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Jorge Carvalho Arroteia, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, e António Manuel Santos Salavessa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira, Silvestre Paiva da Silva e Júlio Campos Soares.

Os sucedâneos na lista de candidaturas, Anabela de Almeida Saraiva, e Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, pediram escusa.[003](#)

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[005](#)

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Marco António da Costa Gonçalves e Olinto Henrique da Cruz Ravara.)

Membros da Assembleia

Vogal Raul Martins[006](#)

“O Senhor Presidente disse e remeteu (e eu não tenho, mas não sou obrigado a ter) a análise do que se passa nas empresas municipais para os documentos anexos, ainda agora. Acontece que nesses documentos eu não recebi essas contas!? Eu gostava de saber se o Senhor Presidente as recebeu e não as distribuiu ou se não recebeu também porque eu não acho que o Senhor Presidente caísse no esquecimento.”

Presidente da Mesa[007](#)

“Aos serviços o que chegaram foram os documentos que foram distribuídos por todos os senhores deputados. A Câmara poderá esclarecer sobre essa situação. Vamos iniciar a inscrição dos senhores deputados.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Muito boa noite a todos, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu nem estava a querer acreditar que o Senhor Presidente da Câmara interviesse no dia 13 de Julho e não referisse nenhum dos acontecimentos marcantes destes últimos dias, destas últimas semanas! Depois no fim o Senhor Presidente lá deu oportunidade a ser questionado sobre essas matérias para depois responder.

Eu acho que não é essa a atitude correcta do meu ponto de vista. Se nós tivéssemos em Junho, na Sessão Ordinária de Junho, fazia sentido que a intervenção se remetesse apenas ao período que consta da intervenção escrita. Agora estando nós já bem avançados no mês a seguir àquele da Sessão Ordinária, o Senhor Presidente pode e deve referir as coisas mais importantes que entretanto ocorram. E tendo ocorrido acontecimentos no interior da Câmara Municipal, como aqueles que estão associados “chamemos-lhe a crise”, relacionada com o protocolo do Beira-mar, devia ser da iniciativa do Senhor Presidente que deveria vir uma informação à Assembleia sem precisar de perguntas a esse respeito. Porque como bem sabe, este é um Órgão que tem a sua dignidade e merece ser informado de forma adequada, daquilo que ocorre dentro do executivo.

Portanto Senhor Presidente, agradeço a sua deixa e solicito-lhe que na sua intervenção esclareça esta Assembleia sobre as razões do não acordo com o Beira-mar, as motivações de

cada vereador ficam com o próprio vereador, mas pelo menos que nos indique porque razões ou porque razão é que aquilo que tinha sido entendido com o Beira-mar teve a votação contrária da maioria da Câmara Municipal, que é uma maioria soberana evidentemente. Portanto fico a aguardar esse esclarecimento.

Depois Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia Municipal, chamo a atenção para o facto de que a última acta da Câmara Municipal que está no sítio da internet da Câmara Municipal, é a acta de 17 de Fevereiro de 2011!? Portanto já lá vão vários meses, para ser mais rigoroso, não está no sítio da Câmara nenhuma acta referente ao período que estamos agora a apreciar. Portanto quer dizer, uma força política como o PCP que não está representada na Câmara Municipal não pode ficar dependente do diz que disse, nem dos relatos da comunicação social, tem que ter uma fonte de informação sobre a actividade municipal, em que a única fonte fidedigna que existe da actividade da Câmara são as respectivas actas.

Ora com este atraso, repito que a última acta publicada disponível a 17 de Fevereiro, desta maneira não é possível exercer a função fiscalizadora que compete a cada membro desta Assembleia. Por isso, pela segunda vez, se não é por acaso a terceira, eu peço para ficar registado em acta esta falha porque isto não pode ser assim! E se elas não são colocadas no sítio e se estão prontas pelo menos venham em papel para que a função fiscalizadora possa ser devidamente exercida.

Em terceiro lugar, esta Comunicação, reconhecendo que há melhorias na Comunicação Escrita, ainda não cumpre os requisitos legais. Já não vou repetir aquilo que o deputado Raúl Martins teve oportunidade de colocar que é a necessidade de virem as ‘contas’ das empresas em que a Câmara está representada. Mas direi mais uma vez e peço que fique registada em acta que a discriminação do passivo, nomeadamente a discriminação, o desdobramento da dívida de curto prazo, mais uma vez não veio!?! Apesar de eu já ter referido essa falha mais uma vez nesta Assembleia.

Portanto e agora, reportando àquilo que está na Comunicação, apenas duas ou três notas. Primeiro li e já tive oportunidade de referir aquilo que teve a ver com o dia do município e com o nosso feriado municipal e com a Sessão solene. Eu queria dizer Senhor Presidente e Senhores Deputados, que acho muito estranha a distinção que foi dada ao sindicato dos escritórios e serviços da UGT!?! Não é porque o sindicato dos escritórios e serviços da UGT, por qualquer razão que não está especificada nos documentos a que eu tenho acesso (mais uma vez digo não tenho actas da Câmara), não é que o sindicato não mereça. Mas eu duvido que não haja neste distrito e nesta cidade estruturas sindicais e outras correntes sindicais que não mereçam uma distinção similar. Portanto, há aqui aquilo que me parece ser uma opção facciosa da Câmara na distinção de uma entidade.

Em relação a algo que está discriminado na Comunicação que tem a ver com a revisão do Plano Pólis e do Plano de Urbanização da Pólis, para além de não estar suficientemente claro as razões, porque é que desiste (ou pelo menos do parte), a fazer junto entre a loja do cidadão e a variante essa zona de parque? Estão previstas alterações, mas elas não estão explicadas, gostava que o Senhor Presidente falasse disso.

Queria destacar uma coisa, que é aquilo que está previsto para a zona do canal de São Roque e para o prolongamento para poente da IP5 e da via-férrea de uma zona de (chamemos-lhe) lazer, uma zona de desfrutar a cidade e a natureza, que está prevista para aquela zona.

Eu queria-lhe dizer Senhor Presidente que apoio vivamente essa ideia e que saúde-se a reposição da ponte pedonal ou conclusão daquela aberração que tinha ficado da ponte pedonal de passagem sobre o IP5, e que finalmente foram feitas obras e essa ponte já está concluída, a fazer algo do lado de lá, que ajude a ligação de Aveiro com a zona das marinhas, com a zona da verdadeira Beira-mar, é algo que deve ser apoiado e sublinhado.

E acredite Senhor Presidente que aquele pode ser um sítio, por estranho que pareça por causa da proximidade da IP5 e da via-férrea, pode ser um sítio privilegiado para observação da vida

selvagem, pelo menos da vida nas nossas marinhas. Ainda hoje a andar naquela zona vi não uma, mas três águias dos sapais a sobrevoar aquela zona e a sobrevoar a nossa cidade, portanto e não é a única espécie que é possível observar naquele local. Portanto penso que fazer essa frente para lá do IP5 e da via-férrea, é algo que deve ser feito, mesmo que isso custe uns tostõezitos, uns cêntimos, é algo que talvez não seja caro demais.

E por falar em cêntimos, passava à última observação. Eu já tive oportunidade de em Sessão anterior referir estas contas que aqui estão. Portanto estas contas são preocupantes! São preocupantes porque têm um nível de existências facturadas à Câmara Municipal de trinta e seis milhões de euros, mas com uma receita no mesmo período de quinze milhões? É uma discrepância muito grande, que não permite que fique contente com a chamada diminuição do passivo que ai está. Porque a diferença entre o facturado e os compromissos entre o facturado e as receitas por um lado e entre o facturado e os compromissos assumidos é tão grande que a diminuição nos dois meses de dois milhões de euros no passivo não me anima. Até porque como disse o outro deputado municipal, parece que as contas vão sempre melhorando até chegar a altura das contas de final de ano em que elas voltam a piorar. Não sei se é bem assim, mas pelo menos o risco está aí e é para isso que chamo a atenção dos senhores deputados e da Câmara. Muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Boa noite a todos os presentes. A discussão política na praça pública aveirense passa neste momento e obrigatoriamente pelo caso Beira Mar. Que é mais do que um caso e, portanto, também pelo estádio, onde a equipa profissional do Beira-mar joga e pelas dívidas da Câmara ao Beira-mar, e do Beira-mar à Câmara. Enfim, é um terreno pantanoso este, onde o executivo anda a dar passos com dificuldade e tenta esconder o seu caminho todos os dias! Mas não consegue.

E não está a conseguir, porque este caminho é um caminho que mexe obrigatoriamente com dinheiro público, dinheiro que portanto é de nós todos. E mexe também com negócios que no mínimo são muito pouco transparentes e dos quais agora veio mais um elemento importante para compreender a visão que este executivo tem do que é esse negócio e até do que é a própria democracia.

Portanto queria começar honestamente por me solidarizar com os vereadores, que independentemente da sua visão política ser oposta à minha, acreditaram que em Aveiro e neste executivo a democracia tinha algum valor. É-se democrata até alguém exercer o seu direito de voto em plena consciência e do mesmo o impedir um negócio que no mínimo repito, levanta muitas dúvidas. Aí já o executivo deixa de se interessar pela participação de todos no processo político e qualquer dia temos o Presidente desta Câmara a assumir todos os pelouros, porque cada vez que um vereador não obedece à sua vontade é-lhe retirado o pelouro.

Pela minha parte, e independentemente da orientação política de cada um, respeito sempre aqueles que agem de acordo com a sua consciência e não de acordo com o que lhe é vigente. Sendo que ligo este momento politicamente a esse poder vigente e ao que parece pelo menos é o que aparenta, um iraniano investidor, oriundo de um país que é preciso sublinhar está neste momento sujeito a vários tipos de sanções económicas pelas nações unidas, o Irão.

O que se observa facilmente em Aveiro é que este executivo tenta apoiar indirectamente mas sem reservas o investimento de um empresário Iraniano, numa empresa que vai gerir uma equipa de futebol profissional, a do Beira Mar. E é legítimo perguntar, porque é que um empresário iraniano quer investir num clube de futebol do qual até há bem pouco tempo nunca tinha ouvido falar? Eu posso pensar em várias hipóteses, a primeira mais óbvia, é que esse iraniano é do Beira-mar desde pequenino e tem uma ligação emocional. O problema é não acreditar nisto. E não acredito nisto e ainda ninguém disse isso. Só me lembro de outras duas

opções: Primeiro, e tendo em conta as sanções das Nações Unidas, acho que se devia averiguar pelo menos se esse investimento desse empresário não têm como fim principal branquear dinheiro. Outra, que acontece várias vezes, não estou a dizer que é o caso, mas pode parecer e já explico porquê, é o investimento que pode querer favorecimento político ou investimento imobiliários neste concelho.

É verdade que pode ser apenas um investimento ordinário, mas não parece que o seja, tanto que na Assembleia Municipal do último mês de Abril foi aqui dito pelo executivo que não havia investidores por exemplo para o empreendimento multiusos na zona do complexo do estádio municipal de Aveiro, que recorde-se tem prevista uma área comercial e cujo interesse público de desafecção do terreno foram aqui votadas favoravelmente pelo PSD, pelo CDS e pelo PCP.

Pois bem, cerca de uma semana depois dessa Sessão da Assembleia, já os jornais anunciavam quem ia ser esse investidor, exactamente o mesmo empresário iraniano a fazê-lo. Isto é verdade ou não?

É verdade pelo menos que estas ligações estranhas ao Beira-mar não começaram aqui. Toda a gente sabe que começaram muito antes e pela calada da noite, com um imbróglio que dura até hoje, e em que parece que a Câmara ainda não viu um único euro.

E também é verdade que não se fica por aqui, porque este negócio que ainda não se realizou, por causa da verticalidade de dois vereadores. O que parece é que se quer concessionar de graça, “de graça”, o estádio a uma sociedade anónima desportiva cuja maioria de capital pertence a esse empresário. E tendo isso em conta uma pergunta impõe-se: se for assim onde ficam os mais de sessenta milhões de euros que a Câmara esperava receber por esta concessão quando contraiu o empréstimo para o Saneamento Financeiro das suas contas? Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[011](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE)[012](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[013](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE)[014](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[015](#)

Vogal João Barbosa (PS)[016](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[017](#)

Vogal João Barbosa (PS)[018](#)

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)[019](#)

Presidente da Mesa[020](#)

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

“Relativamente à Comunicação do Senhor Presidente, gostava de abordar dois assuntos, um primeiro assunto é aquele que tem a ver com a informação financeira que vem na Comunicação.

O Senhor Presidente referiu e bem, que a dívida de curto prazo neste caso reduziu-se em dois milhões duzentos e vinte e dois cento e vinte e quatro. Se nós olharmos para a informação que vem nesta Comunicação e se olharmos para a informação que vem na Comunicação anterior, eu diria que facilmente percebemos como é que esta dívida se reduziu — porque também se reduziram os depósitos em conta bancária!

E portanto, o que a Câmara fez foi uma coisa simples, pelo menos na leitura dos papéis foi utilizar dinheiro que tinha em conta bancária e pagar as facturas que tinha que pagar.

Dai, não há nada de irrepreensível, o problema das contas da Câmara não passa por aqui. O problema das contas da Câmara passa sempre pela mesma questão estrutural. E a minha pergunta é: o que é que a Câmara vai fazer? Como é que vai reduzir o passivo, quando o dinheiro que tiver nas contas bancárias deixar de lá estar?

Porque eu presumo que estes nove milhões devam ser aqueles últimos oito milhões, daquela última tranche que vão utilizar do empréstimo que contraíram. E portanto a minha pergunta e a minha preocupação mantêm-se exactamente na mesma relativamente aos valores que apresentam. Provavelmente na próxima Comunicação vão reduzir novamente a dívida e assim sucessivamente. A minha pergunta é como é que vamos resolver isto estruturalmente Senhor Presidente, ainda não respondeu!

Relativamente às contas, como o Senhor Presidente sabe, o papel aguenta o que nós lá pomos. O problema é que a realidade a certa altura não consegue aguentar aquilo que o papel aguenta e a minha preocupação nesse aspecto mantêm-se.

Outro ponto que vem na Comunicação do Senhor Presidente, tem a ver com a Moveaveiro. E eu repetiria aquilo que o meu colega de bancada Dr. Raúl Martins disse. Neste momento estamos em Julho de 2011, ainda não temos o relatório de gestão das empresas municipais! Eu já fui ao site da Moveaveiro e não consigo extrair de lá o mesmo documento, embora lá esteja o link para o Relatório de Gestão das Contas de 2010.

Alargando um bocadinho esta perspectiva e não falando só da Moveaveiro, eu presumo que os próximos pontos da Assembleia Municipal tenham a ver com extinções de empresas municipais. E eu gostaria, para me sentir confortável ao abordar esses dois pontos, gostaria de ter antes da discussão dos mesmos o Relatório de Gestão dessas duas empresas e de preferência de todas. Já estamos em Julho de 2011 e essa informação já devia estar na posse dos deputados municipais.

Voltando à questão da Moveaveiro e no seguimento daquilo que foi abordado em São Jacinto e como não há relatório de contas definitivo de 2010, eu fui socorrer-me da informação que tinha e a informação que tinha é qualquer coisa chamada Demonstração de Resultados Provisórios de 2010 da Moveaveiro. Portanto, eu presumo que seja um documento do qual resultará o documento final.

E quando nós olhamos para a demonstração de contas da Moveaveiro, a questão que se me coloca é uma questão extremamente preocupante, porque a Câmara por um lado reduz a dívida, mas se nós olharmos para as contas da Moveaveiro e numa análise muito simples, podemos concluir que a Moveaveiro dá um milhão de euros de prejuízo por ano.

E esse milhão de euros é alicerçado numa coisa simples. É alicerçado em dois milhões e duzentos mil de vendas e prestação de serviços (portanto estamos a falar de bilheteira, de receitas de bilheteira presumo eu) e ainda temos aqui um volume significativo de um milhão quatrocentos e quarenta mil euros de transferência da Câmara.

Não obstante estes números, a Moveaveiro ainda dá um milhão de euros de prejuízo por ano. E eu diria que esta situação não é ilimitada no tempo! Não é ilimitada no tempo ou seja é preciso (e é muito simplista aquilo que eu vou dizer) resolver esta situação. Mais, não percebo, (não percebi na última Sessão e não obstante a necessidade de garantir o transporte para São Jacinto, não é isso que está aqui em causa e não é isso que eu estou a colocar em causa) como é que se vai adquirir um novo ferry sem apresentar um número sequer? Um número! Qual é o preço do ferry? Como é que se vai aumentar a receita de tarifário? Qual é o volume de receitas que está estimado para esse tarifário? Qual é o número de perda de clientes potencial que existe quando se aumenta o tarifário?

São estas questões que eu penso que não vão absolutamente de encontro aquilo que é a resolução do problema da Moveaveiro e eu temo seriamente que por este caminho o Senhor Presidente e este executivo, vão ser responsáveis pelo fim dos transportes públicos em Aveiro. Mais. A Câmara Municipal encomendou um estudo de mobilidade. E ao arrepio do estudo de mobilidade estão a tomar um conjunto de decisões avulsas sem qualquer tipo de enquadramento. Oh senhor Presidente, entenda esta crítica como construtiva. Colocam parquímetros na cidade, alteram o estacionamento, fazem n coisas, aumentam o tarifário sem terem em conta o estudo que a Câmara encomendou!? Senhor Presidente esta situação tem que ser resolvida, porque se não ficamos sem transportes públicos em Aveiro.”

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)⁰²²

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰²³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁴

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Boa noite Senhor Presidente, boa noite Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores — foi depois, mas não quer dizer que não sejam primeiro que os Deputados. Eu trago aqui três pequenas notas que me parecem de fazer referência.

O Presidente de Junta da Freguesia da Vera-Cruz já fez aqui uma referência aos canais da ria e era sobre isso que eu também vinha falar porque de facto na apresentação do Senhor Presidente, fala-se a certa altura que os canais da ria, os canais urbanos, passaram a ser geridos pela autarquia! É um valioso património natural, cuja biodiversidade é rica e única e que tem que ser devidamente preservada. Não podíamos estar mais de acordo, mas a municipalização acarreta maior responsabilização e essa responsabilização tem que se fazer a vários níveis nomeadamente para a manutenção dos muros do canal e como disse o João Barbosa, aqui mesmo ao nosso lado está um muro já há algum tempo completamente desmoronado, junto de uma ponte não é? Pelo menos parece. Quem olha para aquilo parece que está em muito mau estado. Mais, tendo descoberto, há relativamente pouco tempo, que o canal da ria é muito bonito e muito simpático para fazer as viagens de moliceiro, que até se fazem durante todo o ano e que é uma aposta da Câmara para o turismo, com a qual também concordamos, o facto de os muros não estarem em grandes condições, não é realmente um grande cartão-de-visita para quem cá passeia nos moliceiros. Creio que esta municipalização dos canais implica uma responsabilidade que eu acho que a Câmara tem que assumir. Depois gostaria também de falar de outro aspecto e também por causa do turismo, a Marinha da Troncalhada e aquele museu, pequeno museu que ali existe, a sua localização, aquilo é muito bonito, é uma marinha, todos nós temos uma certa relação de afectividade com as marinhas, mas aquilo tem um aspecto bastante degradado, com muita erva e realmente se promove o turismo, tem que se arranjar caminhos que estejam limpos e agradáveis, porque é esse o cartão-de-visita que temos para lhes apresentar. E do outro lado está o museu da caça, onde andaram no canal de São Roque a fazer uma limpeza, mas do outro lado, que era só um bocadinho mais à frente, também se deveria ter limpo, porque aquilo está verdadeiramente vergonhoso. Gostaria que a Câmara tomasse nota destes aspectos. Finalmente, já tinha em tempos, quando estivemos em São Jacinto e não foi possível eu falar, de um assunto que creio que diz respeito às pessoas — até estou um bocadinho incomodada com a minha gaguez hoje. Todos nós que tivemos conhecimento que foram fechados no passado dia 4 de Julho a estação dos correios da Vera-Cruz e da loja do cidadão. As estações dos correios prestam um serviço público de grande importância para as populações. Na Vera-Cruz em que existe uma população já muito idosa, é lá que as pessoas se dirigiam para irem levantar as suas pequenas reformas, agora terão que se deslocar para mais longe e sabemos nós que não há grande forma de se movimentarem, porque não há ali assim autocarros a toda a hora, têm que vir à avenida ou à estação central. Por outro lado a loja do cidadão vai fechar e é um serviço que também funcionava extremamente bem. Tinha um horário alargado e inclusivamente ao sábado também estava aberto. Ao fechar a loja do cidadão os aveirenses têm um serviço reduzido que é de grande importância. Por outro lado verifica-se hoje em dia que na estação principal dos correios na Praça Marquês de Pombal, que fecha às 6:30 da tarde, tem um afluxo de gente, não estão preparados para o trabalho que apareceu de repente, muito mais gente, muito mais trabalho e as pessoas nem têm sítio onde se sentarem para aguardar a sua vez. Eu creio que isto diz respeito a todos e que a Câmara e a Assembleia Municipal deveria fazer qualquer coisa no sentido de que, pelo menos a loja do cidadão não fechasse e de

preferência também a estação da Vera-Cruz continuasse aberta, porque tem uma função social importante. Tenho dito.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[026](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[027](#)

Vogal Raul Martins (PS)[028](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[029](#)

Vogal Pires da Rosa (PS)[030](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[031](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Senhor Presidente reitero os meus votos de uma boa-noite e gostaria de começar pelos números que nos são indicados na Comunicação do Senhor Presidente.

Tivemos uma Comunicação discursiva isto é, tivemos de gramar outra vez com discursos do Senhor Presidente e depois apresenta lá os números. E mais uma vez Senhor Presidente, não bate a bota com a perdigota! Não bate! No passado sempre foi dito que a dívida da Câmara estava a diminuir. Pois chegamos ao fim do ano e quando as contas têm de ser auditadas pelo Revisor de Contas verifica-se que as dívidas aumentam.

Está claro que se inventa sempre aquelas “ah, apareceu mais uma dívida, uma factura e não sei quantas mais”. Que eu saiba no nosso país as facturas têm de ser passadas no prazo de cinco dias. Reconheço que algumas não são passadas nesse prazo, no prazo de cinco dias depois de ter sido feito o serviço ou entregue o produto. Mas reconheço que passados seis anos de estar à frente de uma Câmara, ainda não saber quanto é que a Câmara deve, quais são as facturas que tem e ficar surpreendido porque vão aparecendo facturas, de facto é um peditório para o qual não dou. Já dei.

No passado sempre se disse que estavam a diminuir a dívida. Até me lembro aqui do meu distinto colega o Dr. Olinto Ravara dizer que pelas suas contas isto é, de acordo com os relatórios que tinha (e eu sei que ele é um homem sério quando faz esta análise) que a Câmara já devia ter diminuído a dívida em cerca de quarenta milhões de euros.

Olhe, mais seis deste ano e já vai em quarenta e seis Sr. Dr. Olinto. Com mais um pouco faz-me lembrar aquela história da cadela da “glórita”, que era uma cadela que uma senhora chamada Glória tinha que estava a ensinar a não comer, porque ela comia muito e ela estava a ensinar a não comer. E quando a cadela quase já não estava a comer morreu! E ela disse: – olha, agora que já estava habituada a não comer é que ela me morre! Faz-me lembrar esta Câmara.

O que eu vejo lá nos números, nos poucos números que nos são dados, são os seguintes: as receitas cobradas nos primeiros cinco meses de 2011 são inferiores a 16 milhões de euros! São, são inferiores a 16 milhões de euros. O que significa que se extrapolarmos esses números para o total do ano em curso e que se analisarmos estes números juntamente com a dívida de curto prazo, mesmo diminuída depois da reconsolidação dos onze milhões de euros, essas receitas são inferiores às dívidas. As receitas anuais são inferiores ou mais ou menos do mesmo montante, das dívidas de curto prazo — o que é uma situação terrível em termos de tesouraria. E que obviamente vai piorar quando agora aumentada a dívida de médio a longo prazo com esta reconsolidação, que passou agora a 58 milhões, com este empréstimo a originar o pagamento das amortizações que como se sabe serão na ordem dos seis milhões de euros por ano.

Umás notas muito simples também para continuar a dizer que de facto nos números apresentados não bate a bota com a perdigota.

Verifiquem que se indicam que as receitas cobradas foram 15,9 milhões de euros. Que as despesas pagas foram de 14,1 e que a dívida diminuiu em 2,3. Há aqui qualquer coisa que não bate certo!? Mas mais grave é verificar que as despesas pagas como eu disse são 14, 1 milhões

de euros. Apenas correspondem a 21% dos compromissos assumidos no período em questão, e que as receitas cobradas correspondem a 43% da facturação do mesmo período.

Meus senhores, minhas senhoras, Senhor Presidente em especial. Sobre a batuta do Senhor Presidente da Câmara e debaixo do álibi dos seus compromissos eleitorais, caminhamos alegremente para o abismo. Como alguém importante nesta terra já disse há alguns anos, Deus tenha mercê de Aveiro e dos aveirenses. Muito obrigado Senhor Presidente:”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[033](#)

Presidente da Mesa[034](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS)[035](#)

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD)[036](#)

Vogal João Barbosa (PS)[037](#)

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD)[038](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[039](#)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Muito obrigada Senhor Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Deputados, excelentíssimo público. Após a leitura da Comunicação Escrita do Senhor Presidente de Câmara, não posso deixar de salientar duas situações que me parecem importantes. Em primeiro lugar congratular-me e congratular a Câmara pelo facto de no passado dia 25 de Maio, o município de Aveiro ter assinado com a ARSC, os contratos programa para a construção das extensões do Centro de Saúde de Esgueira e Cacia. Congratulo-me com esta assinatura, porque esta é uma necessidade dos esgueirenses, que há muito anseiam por um Centro de Saúde digno, com condições físicas e humanas, capazes de dar resposta àquela população. Esperando assim rapidamente poder ver o início das obras e não apenas um placar a indicar o local já há anos aí colocado.

Outra situação que me surgiu, após a leitura da Comunicação, fiquei com a certeza que alguém um dia me disse, que um bom gestor não é quem gere com muito dinheiro, mas sim quem gere com cortes orçamentais e com uma crise profunda nacional. Isso, esta Câmara tem conseguido, apesar de todas as dificuldades e contrariedades, fazer uma gestão cuidada mostrando ainda assim alguma obra.

Por último quero lamentar o chumbo em reunião de Câmara do contrato gestão do estádio que vinha na sequência de um protocolo assinado em 2008. Parece-me que será algo que pode prejudicar o município e os aveirenses, dado que daí poderia derivar alguma receita para o nosso município, não entendo assim o sentido de voto de alguns elementos do executivo em Sede de reunião de Câmara. Penso que todos temos que fazer um esforço acrescido, que poderá passar por esta Assembleia para resolver esse problema. Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Boa noite a todos. Esta Assembleia Municipal hoje o clima está meio tenso. Sinto aqui um ‘climazinho’. Temos mais gente, isto está um bocadinho tenso e ainda por cima foi prejudicada do início porque o Senhor Presidente da Câmara que normalmente não explica coisa nenhuma, explicou tudo sobre a Comunicação Escrita — menos provavelmente o que esta Assembleia quereria ou não ouvir.

E nesse sentido, eu até estava a tentar guardar-me para uma segunda-de-mão para não prejudicar esta questão. Mas só não vou fazer isso porque tenho algum receio que o Senhor Presidente depois não venha explicar ou não seja suficientemente esclarecedor, como eu acho que deve ser, e seguramente que terá alguns esclarecimentos a dar.

Agora são umas perguntas simples, até porque fui abordado por alguns munícipes, a questão (aquilo já não é propriedade da autarquia, mas de qualquer forma parece-me um problema de

segurança pública e lá está, terei que dizer ao deputado Prior que apesar de não ser um problema da responsabilidade directa da autarquia é um problema que afecta os seus munícipes e logo a responsabilidade da Câmara) como é o caso do antigo quartel da GNR na freguesia da Glória, que tem tido desacatos à noite, muita gente a viver lá!?

Eu sei que aquilo já levou umas tábuas fechadas etc., mas o que é certo é que algumas pessoas têm pernoitado lá e criado alguns desacatos o que tem alarmado os moradores daquela zona. Aquilo é uma zona residencial com alguma calma e portanto seria prudente que a Câmara procurasse chamar as responsabilidades necessárias ou a quem de direito para pôr cobro a essa situação.

Depois para perguntar em relação à questão dos moliceiros para fazer um esclarecimento adicional, que os passeios de moliceiro não são responsabilidade exclusiva desta Câmara. A Câmara também os tutela e a Câmara aliás até disse que iria fazer (pelo menos a ideia não é desta autarquia ou deste executivo, nem do outro, não é propriamente da autarquia, penso que é da iniciativa privada e também da altura da época da região de turismo da Rota da Luz) mas para esclarecer o seguinte: eu acho que ficou de vir aqui um regulamento específico para essa situação que ainda não veio. Foi-me dito na altura pelo então vereador do Pelouro Dr. Miguel Fernandes, que viria um Regulamento específico para essa área que urge fazer.

Nós temos três ou quatro ou cinco operadores a operar nos canais da ria. Eu acho que muita gente. É preciso fazer alguma regulamentação nesse sentido. E o que me parece a mim e já disse isto uma vez, mas vou dizer novamente para que não se esqueça e porque tenho medo que agora possam surgir de alguma maneira ou esta ideia possa fugir, eu acho que se devia exigir aos operadores que fizessem três paragens obrigatórias em vez de ser só um passeio de moliceiro. O moliceiro servir como passeio turístico e parar no Fonte Nova (depois é estudado essa possibilidade ou não), parar nas pontes (na ponte de praça) e parar no final do canal de São Roque. E esse passeio turístico devia essa obrigação. A responsabilidade seguramente era da Câmara, nem a isso acrescia nenhum custo para a autarquia, mas faria com que houvesse algum meio de transporte entre a autarquia e que se pudesse dinamizar o turismo também no final do canal de São Roque e também na Fonte Nova.

Isso faria só por si, essa obrigatoriedade, faria com que forçosamente começassem a existir mais pólos turísticos à volta desta questão. Portanto o turista compra o bilhete e tem direito a viajar eventualmente todo o dia, entrando e saindo do moliceiro. É evidente que é um “transporte público” caro, mas que para a questão turística faria todo o sentido e ajudaria a dinamizar o sector.

Esta ideia é minha e já a disse aqui, não quero louros disso, não estava a dizer com esse sentido o que eu quero ver é implementado, senão guardava-a para mim no bolso para a implementar um dia mais tarde. Mas não, eu até vos ofereço isso para vocês poderem brilhar, que bastante falta vos faz porque da obra que há pouco ouvimos aqui da deputada do PSD que me antecedeu fiquei a pensar qual seria a obra de referência que vocês vão deixando. E fico sempre a pensar que não é nenhuma — a não ser a colocação do edifício que era da antiga EPA que foi abaixo. e bem e eu isso eu concordo. Mas a vossa obra é a não obra e em termos da dívida. Como todos nós sabemos a dívida apesar do empréstimo feito, a dívida de curto prazo aumentou. Pronto, mas para não querer entrar nestes pormenores, era esta a sugestão que deixava e guardava-me então para ouvir os esclarecimentos que o Senhor Presidente prometeu dizer.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)[042](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)[043](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Ouvi com muita atenção como ouço sempre o Senhor Deputado Olinto Ravara e há uma coisa que me causa alguma perplexidade, mas que ele certamente esclarecerá. Ele congratula-se com a proposta de Plano e acha que ele inclusivamente justifica a revisão do Plano de Saneamento Financeiro!? Porque na sua opinião provoca uma alteração das despesas ou melhor provoca uma diminuição das despesas da Câmara.

Senhor Deputado, eu gostava de saber se de facto também não acha que provoca uma alteração de receitas? Porque de facto estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro aquela célebre medida, aquela célebre ideia, do Senhor Presidente da Câmara e das pessoas que efectivamente pensam como ele, de fazer a concessão do estádio por 65 milhões de euros!? O Senhor Deputado acha que é suficiente esta diminuição das despesas para cobrir de facto essa receita mirabolante dos 65 milhões de euros? Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“O meu pedido de esclarecimento ia mais ou menos na mesma direcção, mas talvez aqui acrescentasse uma questão que é: dizendo que assumia que as dívidas anuais com a gestão do estádio andariam à roda dos setecentos e cinquenta mil euros, aquilo que eu pergunto é se o Beira-mar vai assumir esses encargos?

Como é que vai assumir esses encargos e esses níveis anuais, quando ainda não cumpriu com o pagamento relativo à compra das piscinas? Portanto essa é uma questão que acho que naturalmente se deve pôr.

Estamos a falar de um valor na ordem dos 1,3 milhões de euros. E outra questão também é, parece, não é só chegar aqui e dizer que se faz a revisão do Plano de Saneamento Financeiro quando há uma perda de uma receita que estava prevista de 65 milhões de euros.

Portanto se prevê essa diminuição de receita, não é aqui chegar e fazer uma revisão e ficar tudo na mesma. Não é assim tão simples.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

“Bem, esta questão colocada pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda de facto deve ser respondida pelo Sport Clube do Beira Mar. Mas eu penso que o Beira-mar terá condições para cumprir com o pagamento dos seus compromissos, pessoalmente penso.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Raúl Martins, uma coisa é certa, é que de facto a assinatura deste contrato de gestão não é, prevê, é “acarreta” (o que é diferente) uma diminuição clara de encargos. Que neste momento estão a ser assumidos pela autarquia via transferência para a EMA. Portanto há aqui uma diminuição de encargos clara. Agora relativamente aos 65 milhões é óbvio que não vai colmatar os 65 milhões, porque há uma perspectiva de protocolo de 10 anos, setecentos e cinquenta mil a multiplicar por dez anos são sete milhões e meio, portanto não é por aí. Terá que haver necessariamente medidas complementares acessórias do ponto de vista financeiro e do funcionamento da actividade da Câmara que permitam colmatar essa diferença.”

Vogal António Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Tinha aqui dois pontos para referir, mas vou optar por um e deixando o segundo para a segunda volta. Foi há pouco aqui a questão dos correios, dos CTT e na Freguesia de São Bernardo como está também inserida nesse contexto, gostava de dar uma explicação mais cabal.

Já há uns meses que andamos a ser abordados pela Direcção ou pelos representantes dos CTT, para aceitarmos ou estudarmos a proposta que nos era apresentada. Andamos nisto há já três meses. Tivemos a última reunião com eles há cerca de oito dias. Nada está definido. Não há fecho nenhum definido para São Bernardo, para Cacia, Eixo ou Aradas, foram estas Juntas que já reuniram e que já fizeram uma exposição e um pedido de esclarecimento à ANAFRE porque temos conhecimento que a ANAFRE tem um protocolo ou está a renovar um protocolo que tinha com os CTT. Daí não temos nada decidido.

Ficou para meados de Agosto voltarmos a falar com os Administradores dos CTT's para uma resolução ou para uma apresentação de uma nova proposta. Portanto este ponto está neste pé. Não está definitivo o fecho nestas quatro freguesias. O segundo Ponto Senhor Presidente vou guardar para a segunda volta."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[048](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Vou falar e ser sucinto sobre dois assuntos de interesse do município. Um é sobre as SCUT e as portagens colocadas no município e primeiro e em relação às auto-estradas e às SCUT, o PSD sempre defendeu o princípio de utilizador/pagador. Mesmo quando a situação das contas públicas não era a actual. O PSD sempre defendeu e apresentou aqui nesta Assembleia uma proposta na qual defendeu o princípio do utilizador/pagador, mas foi, é, e será sempre contra o portajamento de troços curtos, cidadãos e dentro das localidades em Aveiro ou noutra local qualquer.

O que para nós PSD está efectivamente em causa é a situação aberrante da colocação de pórticos em torno da cidade em Aveiro, que a transforma num caso único e inexplicável em termos nacionais.

Foi um deputado do PSD na Assembleia da Republica Ulisses Pereira com o aval da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD na anterior legislatura, que mais lutou pela denúncia desta situação e pela exigência da sua resolução. Não se conhecem nenhuma iniciativas de deputados do partido socialista nesse sentido e nessa altura.

No entanto, sendo cabeça de lista do CDS por Aveiro e Presidente deste partido o membro do actual governo com a qualidade de Ministro de Estado, e que assumiu também uma posição clara relativamente a esta questão, seguramente que o CDS não terá necessidade de expor esta matéria a mais ninguém, pois ela é suficientemente conhecida por quem ao mais alto nível representa.

No PSD reiteramos a confiança na resolução deste caso concreto por parte do actual Governo, sem a necessidade de nenhuns políticos que não são próprios de quem presentemente tem a responsabilidade na governação do país e na governação do município de Aveiro.

E mais dizemos, que não faremos parte de nenhuma excursão folclórica, que mais não acrescentaria que o de alegórico de boa gastronomia e uma passeata à capital. Não estamos em tempo de brincadeiras, esse tempo já lá vai e levou-nos ao estado em que o país está.

Da parte do PSD reiteramos a total confiança nos deputados eleitos por este partido, nomeadamente no Dr. Ulisses Pereira, que sempre defendeu esta causa e que todos pensamos e acreditamos, que juntamente com o primeiro eleito pelo CDS/PP por Aveiro, Presidente deste partido o Dr. Paulo Portas, Ministro de Estado que também defendeu e bem esta causa. Dizia eu que no PSD confiamos nestes dois representantes para nos ajudarem a nós aveirenses a resolver este problema, valendo-se ambos da razão que nos assiste e não da força trauliteira ou de pseudo incitamentos à violência, como o uso de moto serras aqui sugerido num momento infeliz nesta Assembleia.

Sobre o Beira-mar, sobre o acordo de gestão do estádio a fazer com o Beira-mar, sou da opinião que a não aprovação do dito acordo foi mau para os aveirenses.

Com este acordo de gestão o executivo ia permitir ao Beira-mar, clube residente e utilizador poder gerir, tratar, manter e valorizar o estádio, sabendo nós que o Clube está de longe mais

vocacionado que o executivo para este serviço. A aprovação deste acordo seria bom para o executivo, seria bom para os aveirenses e seria bom para o Beira Mar.

A reprovação deste acordo que como já referi era bom para o executivo, para os aveirenses e para o Beira-mar, pode colocar em risco a própria existência de uma Instituição histórica de Aveiro.

A aprovação deste acordo permitiria regularizar algumas situações acordadas no passado e não cumpridas, conforme protocolo aprovado por esta Assembleia em 2008. Por fim volto a referir que a aprovação deste contrato de gestão seria bom para os aveirenses, para o executivo e para o Beira Mar.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Deputado Prior acabou de ofender indecentemente o CDS, tanto na pessoa local, como na pessoa do próprio Presidente do Partido.

É falso as afirmações que ele diz, em que pôs como primeira pessoa a defender a destruição do pórtico o Dr. Ulisses Pereira.

Então se vamos assim o Ulisses Pereira também defendeu a destruição do estádio municipal! Portanto também é grave e quando se está em campanha eleitoral tudo se diz e tudo se faz, mas na realidade poucas coisas aparecem feitas.

E portanto nós vamos avançar com a nossa proposta, só ainda não a agendamos por causa das situações que agora há pouco estão a surgir na Câmara de Aveiro, inclusivamente considero que ofendem o Presidente da Câmara de Aveiro, porque a Câmara lutou e está a lutar inclusivamente já foi ao Tribunal Europeu para resolver o problema dos pórticos. E portanto ele agora está a dizer uma situação completamente ao contrário, está só a defender a sua dama. Ora isto é inadmissível.

E não permito que essas coisas se discutam sem vir à Assembleia. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[050](#)

Vogal Raúl Martins (PS)[051](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE)[052](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[053](#)

Vogal Victor Martins (PPD/PSD)[054](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)[055](#)

Presidente da Mesa[056](#)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[057](#)

“Há uma evidente diferença entre os interesses do município e os interesses do Sport Clube do Beira Mar.

A longo termo os interesses deverão ser convergentes isto é (e tenho a certeza que são), interessa haver um Beira-mar mais forte e ao Beira-mar num município mais desenvolvido e mais solidário.

A curto e a médio prazo, poderão existir sempre e é natural que existam interesses divergentes. É exactamente por essa razão que o Deputado eleito pelo PCP para esta Assembleia António Regala, actual Presidente do Beira-mar, pede para ser substituído sempre nos pontos de Antes da Ordem do Dia e no Ponto da Comunicação do Presidente e em todo e qualquer Ponto que possa ter a ver com o Beira-mar, porque ele sabe o que são os conflitos de interesse nesta matéria, é por isso que ele não está aqui como é natural. Mas é evidente que compete à Direcção do Beira Mar defender da melhor maneira que souber os interesses do Clube. Posto este preâmbulo, esclareço que o PCP não se envergonha das suas posições relativamente às

relações entre a Câmara e o Sport Clube do Beira Mar, que temos tido ao longo dos anos, pode-se dizer que o PCP tem sido sempre uma voz activa, com opinião nestes processos. Suscitámos a discussão de acordos e protocolos anteriores. Fizemos com que esses protocolos fossem agendados na Assembleia Municipal, contribuímos para a alteração de alguns protocolos, portanto temos nesse capítulo uma ficha que considero impecável! Esta tem sido a nossa bitola e é uma bitola que tem dois parâmetros essenciais:

1 – A Câmara não se deve envolver no apoio financeiro ao futebol profissional.

2– O Beira-mar deve assumir uma quota-parte da responsabilidade, se não nos encargos financeiros, pelo menos nos custos de funcionamento.

Esta posição não é de agora, é a posição que temos tido ao longo dos anos. Tem sido esta a nossa bitola e dela não nos vamos desviar.

Assumimos as nossas responsabilidades com os aveirenses, mas infelizmente não podemos assumir mais responsabilidades do que essas. Não estamos na Câmara, não conhecemos o protocolo com antecedência. Não pudemos intervir no sentido de produzir alterações. Não pudemos trabalhar no sentido de o melhorar. Portanto nós assumimos as nossas, mas não mais do que essas mesmo. Mas posso dizer aqui com toda a segurança, que quando tive conhecimento do projecto de protocolo Câmara Municipal/ Sport Clube do Beira Mar apontei de imediato alguns pontos que deveriam ser alvo de atenção na proposta, isto na perspectiva da defesa do interesse municipal. Posso avançar alguns exemplos: 1 - que este protocolo devia prever cenários diferentes. Não devia ser um protocolo situacionista, isto é, baseado apenas naquilo que é o Beira-mar hoje e aquilo que é o município hoje, mas que devia projectar cenários de evolução, nomeadamente a possibilidade de desenvolvimento desportivo e financeiro do Beira-mar e que nesse caso a quota-parte da responsabilidades do Beira-mar devia ser superior, (no caso de uma evolução positiva) àquela que era a do ponto de partida. Isto apenas um dos exemplos daquilo que sugerimos. Entretanto a votação foi feita na Câmara Municipal com o desenvolvimento que teve e é por isso mesmo que entendo que antes da intervenção do Senhor Presidente, que eu quero que seja muito clara, pretendo que seja muito clara e quero também, (e por isso pedi para intervir antes de fechar a primeira volta) que seja concedida aos vereadores que votaram contra nos termos do Regimento, a possibilidade para intervir, se entenderem que o devem fazer.

Quer dizer, não deve sair daqui nenhum vereador que não possa ter usado da palavra. É uma questão regimental que eu coloco à consideração da Assembleia e formulo um requerimento, no sentido de ser concedida, não são obrigados os vereadores a falar, mas deve ser concedida pela Assembleia a possibilidade. Vou formalizar o requerimento.”

Presidente da Mesa⁰⁵⁸

Vogal Raul Martins (PS)⁰⁵⁹

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁰

“Bem, eu penso que de facto é inevitável abordar a questão da gestão, neste contrato que foi chumbado em reunião de Câmara e nesse sentido acho que a Assembleia Municipal enquanto órgão político e fiscalizador não pode ficar arredada desse debate. E nesse sentido, desde já um elogio à Mesa que não foi formalista e não impediu essa discussão que obviamente não tem cabimento na Comunicação do Presidente, mas tem obviamente toda a lógica de ser feita na Assembleia.

E assim começaria por dizer que é das primeiras razões mais óbvias para a recusa deste contrato é claramente a sua incongruência em relação ao Plano de Saneamento Financeiro onde prevê a alienação do Estádio e a conseqüente receita de 65 milhões de euros. É obvio que já foi aqui dito que se revê o Plano de Saneamento Financeiro. Mas revê-se o Plano de Saneamento Financeiro, quebrando todas as condições iniciais em que ele foi aprovado!? E portanto a situação não é assim tão simples. E aquilo que eu vejo com alguma perplexidade é

falarem no interesse aveirense neste contrato quando o próprio Plano de Saneamento Financeiro já alienou os equipamentos de abastecimento de água dos aveirenses por ordem desse Plano de Saneamento Financeiro, mas no entanto o Estádio não vai entrar nesse esforço financeiro. No meu ponto de vista que não haja equívocos em relação a isso. As estruturas que dizem respeito ao abastecimento e saneamento de águas são muito mais importantes para os aveirenses do que a questão do estádio. E nesse sentido é engraçado ver estes episódios em relação aos Estádios, é uma coisa que se está a desenvolver por todo o país, aliás para se perceber a complexidade desta questão. Em Leiria foi vendido o estádio, ou parte, três quartos, uma fracção do estádio por um executivo PS e aí o PSD opõe-se a essa venda; em Matosinhos foram comprados estádios para resolver a situação financeira dos respectivos clubes e o PSD aí também se opõe à compra. Portanto é uma questão complexa e geográfica. Mas no entanto ela está a acontecer por todo o país e merece a nossa reflexão.

Aquilo que eu acho que é óbvio, independentemente de haver Beiramarenses ou não nesta Assembleia, é que se tenha que instituir aqui uma espécie de laicismo nesta matéria. Cada um sabe de si e das suas clubites, agora a Assembleia responde perante os eleitores e não perante nenhuma dessas sensibilidades clubísticas.

E portanto, sempre que ouvimos falar da separação entre o poder político e o futebol, no plano das intenções conseguimos um grande consenso e ouvimos sempre repetidamente que sim, tem de haver uma separação entre poder político e futebol. E depois na prática não vemos isso, aliás esta Câmara não pode pautar a sua actuação em função dos interesses do investidor do Beira Mar. Isso, águas limpas, não pode ser assim! A democracia não serve esses propósitos. E nesse sentido outro episódio bastante recente em relação aos terrenos cujo interesse público foi declarado aqui nesta Assembleia e portanto eles deixarão de fazer parte da reserva agrícola nacional e passarão a ser terrenos e equipamentos. E o mais curioso nesse projecto é que nós declaramos interesse público a terrenos que não tinham qualquer projecto associado, portanto a Câmara não apresentou nenhum projecto para dizer claro interesse público a este projecto e logo a seguir aparece o investidor. Pronto e claro, nós aqui vamos ter de fazer o papel de ingénus, mas o BE não vai fazer! E portanto não pode ser pautada a actuação deste executivo ou a actuação desta Câmara perante interesses que sendo eles legítimos ou não, não cabe à Câmara actuar em função deles. Aliás este tipo de política que navega ao sabor do futebol tem dado maus resultados. O negócio das piscinas deu mau resultado. E por exemplo Matosinhos comprou dois estádios, portanto a Câmara está-se a endividar para digamos assim acudir às necessidades daqueles clubes e claro estamos bastante claros disso, quem vai pagar isso, são os respectivos municípios. Em relação à deliberação que foi tomada em Câmara é interessante ver que sobre democracia, que todos nós temos uma palavra bonita a dizer e assim que os vereadores votam segundo a sua consciência, aqui d'el-rei toda a gente se apressou a declarar qual havia de ser a punição para os mesmos. Sim somos todos democratas. Há diversidade de opinião, mas assim que há uma diversidade de opinião que é demasiado incómoda, vamos punir esses vereadores rebeldes e nesse sentido, parece-me que é mais a Câmara que tem que reflectir sobre isto, do que propriamente os vereadores que votaram segundo a sua consciência. Aliás percebemos através deste processo, que aqui o mecanismo chantagem basicamente é a atribuição de pelouros. A confiança política paga-se com pelouros e paga-se com regime de tempo inteiro ou meio tempo. Quem tem confiança política, tem direitos a isso, tem esse acesso. Quem não tem, tem que prescindir deles!

Aliás, já Miguel Fernandes sabe qual é o preço de votar segundo a sua consciência.

Relembre-se aqui o episódio do prédio da avenida e quais foram as consequências? Perdeu exactamente o pelouro que dizia respeito àquele equipamento e curiosamente surgem agora notícias que ainda por cima o assunto ainda está por resolver, porque o dono está incomunicável. Portanto a situação vai-se manter, aquela ilegalidade vai-se manter, e aquele equipamento vai-se manter naquele estado em pleno coração de Aveiro.

E aquilo que nós percebemos da parte deste executivo é que no braço de ferro entre democracia e negócios, com este executivo, ganhou os negócios! E a propósito disto e a propósito da rebeldia dos vereadores é uma rebeldia que eu saúdo, já agora! É curioso ver que por parte do PSD, existe uma proposta de alteração ao Regimento completamente unilateral, que sem equívocos, tenta diminuir o poder fiscalizador desta Assembleia e nomeadamente a da oposição. E nós percebemos isso precisamente com estes acontecimentos! Com o pretexto de se encurtar a duração das Sessões diminui-se os tempos de intervenção dos deputados!? É curioso que essa diminuição encaixa bem na geometria que existe neste momento na Assembleia Municipal, favorecendo claramente o PSD, porque muitas vezes e esta foi uma boa excepção em que vimos muitos deputados do PSD intervir, mas não muitas vezes é assim. Portanto sabemos que a gestão do grupo municipal permite àqueles geralmente usam da palavra arrecadar esse tempo para si. Mas a questão do tempo ser gerido por bancada tem um grande senão, é que isto permite também calar os deputados rebeldes. Aqueles deputados rebeldes que eventualmente quiserem intervir têm o grupo municipal numa espécie de decisão colectiva a decidir se eles têm o direito à palavra ou não. E portanto nesse sentido, esta alteração ao Regimento merece-nos a total oposição e merece-nos também a condenação por ela não ter sido feita nos moldes que normalmente era feita. Aliás, lembre-se que anteriores alterações ao Regimento foram feitas numa Comissão que era representada por todo espectro político com representação na Assembleia e aqui o PSD surgiu com uma proposta unilateral. E com uma proposta unilateral que ainda por cima merece a condenação política. Nós vemos que todos os tempos são alterados para a Assembleia e no entanto a Câmara que não é órgão fiscalizador na Assembleia não vê os seus tempos diminuídos, nem os cidadãos — e nem eu acho que devam ser diminuídos. Agora estes dois pesos e estas duas medidas é que não fazem sentido nenhum.

E neste sentido eu aqui deixo um desafio bastante claro e deixo esse desafio ao PSD porque a proposta parte do PSD, que é que abandone a proposta de alteração e se ainda que queira já a meio do mandato (recorde-se isso) fazer uma alteração ao Regimento, que o faça como é procedimento normal e previsto por Lei, criar uma Comissão com a representação de todos os partidos e daí sim surgiu uma proposta a esta Assembleia de alteração.

Se bem que eu acho que não fará sentido porque estamos a meio do campeonato, já passaram dois anos. Estivemos a trabalhar com o Regimento da anterior legislatura, penso que não faz sentido nenhum mudar as regras a meio do jogo. E neste sentido eu deixo este desafio ao PSD de abandonar a proposta e já agora pedia que a minha intervenção ficasse registada em acta.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[061](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[062](#)

“Eu penso que isto é uma discussão estéril, até porque o Regimento prevê no seu último número, o Regimento que está em vigor aprovado, como não foi feita a Comissão no início do mandato como dita a Lei, foi aprovado tacitamente o novo Regimento e, portanto, vai ter que ser realmente uma Comissão sobre pena de não ser aprovado aqui — posto que terá que ter maioria qualificada como o Sr. Deputado Manuel António Coimbra sabe.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)[063](#)

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)[064](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[065](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez a todos. Duas questões concretas: a primeira das quais sobre o contrato de gestão do Estádio, chumbado na Câmara por cinco Vereadores, que tentava resolver uma questão que está pendente desde o célebre contracto de dois mil e oito, e já lembrado aqui, e que o Partido Socialista agradece, que o Partido Socialista votou

contra. E votou contra — e os factos vieram a dar-nos razão. Como se pode ver esse é o tal protocolo que gerou uma iniciativa jurídica da Câmara Municipal ao Beira-mar, pelo facto do Beira-mar não ter pago uma dívida e um compromisso. Portanto, existe esta situação que este protocolo, este contracto de gestão, não resolvia de todo, e para nós era impensável que se trouxesse de novo, se tentasse regularizar, a relação entre o Município e o Sport Clube Beira Mar deixando para trás as coisas difíceis. Nomeadamente, as coisas que não são só difíceis, são coisas desconfortáveis para todos, principalmente para o próprio Executivo e para aqueles que votaram a favor desse protocolo. Desde logo, para nós, essa razão era suficiente para nunca votarmos a favor esta proposta que agora foi à Câmara.

Os nossos Vereadores na Câmara tiveram, porque discutem estes assuntos seriamente, a oportunidade de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que sustentasse o contrato de gestão num parecer jurídico – parecer jurídico que, a determinada altura, chegou – mas que não foi para nós suficiente e não foi para nós convincente para que retirasse todas as dúvidas, relativamente a esta questão.

Portanto, aquilo de que estaríamos a falar era desta Câmara assinar um contrato de gestão com o Beira-mar, com uma situação pendente de uma dívida que não sabia, que não sabe, não faz ideia, se o Beira-mar algum dia poderia vir a cumprir.

A outra questão, que também seria suficiente para que o Partido Socialista nunca votasse a favor desta proposta, tem a ver com o Plano de Saneamento Financeiro. E nós quando discutimos isto seriamente fizemos essa abordagem a esse tema, ainda antes do contrato de gestão desta Câmara na outra sessão da Assembleia Municipal, pela minha voz. Levantámos a questão, fizemos a pergunta e dissemos: como é que é possível haver um contrato de gestão do estádio quando está previsto no plano de saneamento financeiro uma receita de sessenta de cinco milhões de euros, aprovado pelo Tribunal de Contas e que é fundamental para conseguir resolver o problema saneamento financeiro da Câmara? E nessa altura tivemos uma promessa, uma promessa que estava na hora de rever o Plano de Saneamento Financeiro. Portanto, naturalmente que essa seria, à partida, uma das questões que iria ser revista. Para nós, diria a lógica, diria o bom senso, e diria por uma questão de prevenção e o Partido Socialista é muito preventivo face a todas as iniciativas e atitudes desta Câmara, porque está visto que tem de ser, o Partido Socialista o que disse na Câmara e o que continua a dizer e a confirmar é que, enquanto não for revisto o Plano de Saneamento Financeiro e não estiver resolvido o problema dos sessenta e cinco milhões, não é possível ceder um bem que neste momento está prometido para resolver o problema da Câmara Municipal de Aveiro. E estas são razões suficientemente importantes para que o Partido Socialista nunca pudesse aprovar este contrato de gestão.

Nada nos move, como é evidente, contra o Sport Clube Beira Mar. Aliás, o passado demonstra que nós, ao longo do tempo, fomos fazendo os acordos necessários para que fossem encontradas as melhores soluções entre o Beira-mar e a Câmara Municipal de Aveiro. Os tempos mudaram e esta Câmara não teve essa capacidade. Aliás, está visto pelo protocolo de dois mil e oito o que é que deu – deu em tribunal – e, portanto, neste momento, para nós, seria impensável uma qualquer anuência da nossa parte a esta situação.

Mas sobre o futuro, e porque estamos empenhados e continuaremos a estar empenhados no futuro e nesta situação que consideramos, obviamente, importante para o Beira-mar e para o Município, o Partido Socialista tem um conjunto de condições que os seus Vereadores já transmitiram na Câmara Municipal e que nós reafirmamos aqui.

Primeira, o contracto de concessão tem que ser discutido na Câmara Municipal e discutido nesta Assembleia, tem de ser aprovado na Câmara Municipal e aprovado na Assembleia, e tem de ser enviado para o Tribunal de Contas apara obter visto prévio para se saber com que linhas financeiras é que este Município, desculpem a expressão, se vai coser nos próximos anos, relativamente aos proveitos e às despesas. Porque já ouvi várias intervenções de alguns dos Srs. deputados que imagino que não conheçam o teor do contrato de gestão. Mas a

verdade é que aquele valor, que ninguém sabe exactamente ao certo, mas que sabemos que é muito relativamente às despesas que o Estádio gera todos os anos, todos os meses, para a autarquia, a maior parte dessas despesas não estão previstas, segundo o contrato de gestão, que sejam pagas pelo Beira Mar. Portanto, a Autarquia continuará a ter de resolver e a ter de pagar os custos, nomeadamente com a estrutura, do Estádio Municipal. Era preciso que os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente da Câmara soubessem quais são os valores implicados, e essa era outra das respostas que era importante ter nesta discussão, para se perceber do que é que estamos a falar. Estamos a falar de um custo anual de quinhentos mil euros, o qual vamos passar para o Beira-mar e o Beira-mar tem capacidade para pagar dez por cento, vinte por cento ou cinquenta por cento? Ou estamos a falar de uma isenção completa de custos que a Autarquia vai ter a partir daqui? E como V. Exas. não apresentam contas, aliás já nos queixámos sobre isso porque não há contas de nenhuma das empresas municipais nem participadas, e, portanto, nós não podemos discutir, e não podemos discutir porque os Srs. não nos trazem a informação que é necessária, nem a nós nem a ninguém, nestas condições, naturalmente que o Partido Socialista não pode votar a favor de uma situação destas, mas está disponível nestas condições, e friso depois de ser discutido e aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal será enviado para visto prévio do Tribunal de Contas e aí, sim, estaremos todos descansados para poder votar uma decisão desta Câmara porque de outra forma já sabemos onde é que isto vai acabar. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[066](#)

“Ouvi atentamente a sua intervenção e que respeito, mas há duas questões que gostava de lhe colocar e que se puder esclarecer-me, esclareça-me, porque são duas questões que eu considero essenciais na avaliação da situação.

Primeira questão: foi, ou não, dada aos Vereadores do Partido Socialista a oportunidade de fazerem propostas? O Senhor está ao corrente da situação de alteração a este protocolo? Foram ou não feitas e as propostas foram ou não aceites no documento que foi a votação na última reunião da Câmara, quando foi chumbado? Essa é a questão número um.

A questão número dois é: Srs. deputados, Sr. deputado, o protocolo de dois mil e oito visava anular o protocolo de dois mil e três — e só valia quando fosse integralmente cumprido. Ora, sendo chumbada esta versão o que é que o PS defende? Defende que seja cumprido o protocolo de dois mil e três que obriga ao pagamento anual, pela EMA, de quinhentos mil euros ao Beira-mar ou acha que isso também não deve ser cumprido? Aquele que vocês promoveram; aquele que vocês assinaram.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[067](#)

“Esclareço dizendo que, para nós, seis anos de gestão do Executivo são mais que suficientes para conseguir encontrar o quadro propício às novas condições, quer financeiras da Autarquia, quer a realidade desportiva e financeira do Sport Clube Beira Mar. e o que nos parece é que ao longo do tempo não houve capacidade para encontrar uma boa solução. Por isso é que em dois mil e oito o PS continuou a votar contra e uma das coisas falada, na altura, e que nós continuamos a dizer é que, até hoje, ainda ninguém consegue dizer qual é o deve e o haver da situação financeira entre o Beira-mar e a Câmara de Aveiro. E, portanto, o Partido Socialista recusa-se a assinar cheques em branco que já deram mau resultado com este Executivo. Cheques em branco à Câmara Municipal para que ela possa, mais tarde, como este protocolo agora previa vir a resolver o problema.

Quando houver os dados e quando as partes se entenderem sobre aquilo que existe, as dívidas que existem, de uma parte e de outra, nessa altura o Partido Socialista vai-se pronunciar sobre alguma coisa concreta.”

Vogal António Manuel Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[068](#)

“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Atendendo a que este é um assunto deveras importante para o Município de Aveiro e também para uma instituição como é o Beira-mar, mas acima de tudo para o Município de Aveiro, e é por isso que este assunto me preocupa.

Tive acesso, pedi o protocolo que foi a debate na Câmara Municipal de Aveiro e também o parecer jurídico que sustentava o protocolo.

E o parecer jurídico é muito claro quando refere que não há ilegalidades. E refere que há um protocolo que foi aprovado por nós Assembleia Municipal, e que desse protocolo que foi por nós votado favoravelmente nesta Assembleia Municipal, decorrem algumas obrigações da Câmara. Entre elas aquela que deu origem a este protocolo que a Câmara quer aprovar e celebrar com o Beira Mar.

Mas o parecer do jurista acerca deste protocolo, das eventuais ilegalidades, lembra que em relação ao protocolo de dois mil e três, já o Tribunal de Contas em relação ao protocolo de dois mil e três, estou a falar não de há seis anos para cá, mas de há oito anos para cá, dizia o Tribunal de Contas que o protocolo que tinha sido feito sustentou a conveniência de acordos com clubes locais.

E dizia, também, que a EMA chamou a si o risco comercial da venda dos lugares dos camarotes assegurando ao clube uma receita fixa que de outra forma estaria sujeita ao risco normal deste tipo de operações comerciais de acordo com as regras do mercado.

Pois se a taxa de ocupação efectiva dos camarotes fosse inferior ao beneficiado seria o clube, em virtude de arrecadar receitas que não conseguiria de outra forma. Se isto não é passar um cheque em branco o que é que é?

E lembro também que este cheque é um cheque em branco de quinhentos mil euros por ano, durante vinte anos!

Ou seja, o Partido Socialista que não passa cheques em branco passa um cheque de vinte milhões de euros, peço desculpa, de meio milhão de euros durante vinte anos, ou seja, dez milhões de euros ao Beira Mar.

Mas não só... há mais cheques em branco. E vou recordar ao Partido Socialista outros cheques em branco.

Vou recordar que, entre dois mil e um e dois mil e três, a Câmara Municipal de Aveiro acordou, em reunião de Câmara, com o Beira-mar, não é na Assembleia é em reunião de Câmara, que construiria uma nova sede ao Beira-mar e a cedência do direito de propriedade. Este é um cheque em branco que se estima de dois vírgula quatro milhões de euros. Para quem não passa cheques em branco registem também: dois vírgula quatro milhões de euros.

Num protocolo também celebrado entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Beira-mar, entre dois mil e um e dois mil e três, foi decidida a cedência dos terrenos para o novo pavilhão desportivo. Este é um cheque em branco de quatrocentos mil euros, passado pelo Partido Socialista em nome de todos os aveirenses.

Também um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Beira-mar, entre dois mil e um e dois mil e três, que paga em dinheiro ou em espécie as benfeitorias no antigo estádio Mário Duarte. Ou seja, aquele que agora está praticamente ao abandono tem um conjunto de benfeitorias feitas pelo Beira-mar que é a Câmara que vai pagar. Um cheque em branco de quatrocentos e cinquenta mil euros.

Também, num protocolo assinado entre a Câmara e o Beira-mar, entre dois mil e um e dois mil e três, a Câmara compromete-se a pagar ao Beira-mar até ao ano de dois mil e vinte e três, aquilo que nós já referimos, meio milhão de euros por ano. Mas mais... construir e ceder ao Beira-mar dois campos relvados de futebol de onze, um campo de futebol de onze pelado e três campos para futebol de iniciação. Ou seja, um cheque em branco de um vírgula sete milhões de euros.

Ou seja, o cheque em branco do Partido Socialista ao Beira-mar, neste momento, estima-se que, em vinte anos pague ao Beira-mar quinze milhões de euros!?

Estes protocolos que esta Câmara está a fazer com o Beira-mar vêm resolver uma situação que de outro modo é imoral.

É imoral para o Município de Aveiro que nós estejamos desta forma a patrocinar aquilo que os senhores diziam que se achava que não se devia fazer. Que era patrocinar o futebol profissional. É isto que nós estamos a fazer com estes protocolos.

E é por isso que eu olho para o protocolo que está a ser celebrado, este contrato de gestão entre a Câmara e o Beira-mar e não compreendo, depois dos esclarecimentos todos, de um parecer jurídico e também aquilo que já por várias vezes o Sr. Vereador Pedro Ferreira referiu nesta Assembleia que vai haver uma alteração ao Plano de Reestruturação Financeira, e que há-de vir a esta Assembleia, havendo estes compromissos por parte da Câmara, havendo estes compromissos por parte do Beira-mar de que querem sanar todas as dívidas, sabendo nós que ambas as partes são pessoas de bem, com provas já dadas, porque razão é que nós não havemos de resolver uma situação que é benéfica para o Município de Aveiro, para o Beira-mar, e para todos os aveirenses?

Eu acredito que quando se diz neste contrato de gestão que lembro mais uma vez é decorrente da nossa aprovação em dois mil e oito do protocolo entre a Câmara e o Beira-mar, quando se diz que há um engrandecimento das actividades desenvolvidas, eu tenho a certeza que o Beira-mar consegue promover muito melhor o Estádio, até pelo nome que tem, pela experiência que tem ao nível da modalidade que pratica e para a qual aquele estádio foi construído, que o Beira-mar tem toda a vocação para rentabilizar aquele estádio.

E quando se diz que há uma promoção efectiva do Município através do Beira-mar vai continuar. O Beira-mar é o embaixador do Município de Aveiro. E nós não reconhecemos isso? Temos que reconhecer isso. Porque o Partido Socialista reconheceu isso no passado. Aliás, quanto a mim, exagerou no reconhecimento do passado, como demonstrei no início. Exagerou, mas agora quer fazer uma hiper-correcção. Agora quer fazer de conta, como se não tivesse nada a ver com o passado, e os outros que resolvam isto. Agora, nem passa cheques em branco.

Temos que resolver estes cheques em branco que foram passados. Agora, temos que os resolver da melhor maneira.

Dizia aqui o meu companheiro de Assembleia, Gonçalo Fonseca, que tem, realmente, de haver um envolvimento de todos, um envolvimento desta Assembleia. Plenamente de acordo. Eu até acho que, perante o que aconteceu na Câmara, até deve ser a Assembleia a assumir, exactamente, estes mesmos princípios.

Eu, se calhar, sugeria a esta Assembleia, e não é se calhar, é sugiro a esta Assembleia, se, mais uma vez, houver a cooperação do Partido Socialista, porque eu acho que o Partido Socialista tem de ser responsável ou co-responsável pelas decisões que se tomam nesta Assembleia.

Por isso, a minha proposta, que faço em nome do PSD, é que saia desta nossa reunião de hoje um agendamento de uma Assembleia Extraordinária, a ser marcada com carácter de urgência, e, por isso, temos cinco dias para marcar esta Assembleia Extraordinária, para discutir o protocolo, para fazermos as adendas que, eventualmente, possamos discutir e achemos que são importantes incluir neste protocolo, de maneira a que haja um consenso alargado entre toda esta Assembleia. Depois, sendo nós os representantes dos partidos, possamos também, de certa maneira, fazer uma recomendação à Câmara de um novo texto, se houver necessidade disso, para que este problema possa ser concluído com toda a serenidade e com toda a confiança de que este é um assunto que todos nós aveirenses queremos ver resolvido.

É esta a proposta que gostaria de fazer em nome do PSD. Muito obrigado.

Já agora discutindo a proposta que o Dr. Salavessa há bocadinho disse que iria fazer à Mesa.

Se aceitarem este agendamento de uma Assembleia Extraordinária, parece-me que este assunto, a proposta que foi feita pelo Partido Comunista, faria sentido que todos estes assuntos, e, por isso, todos os Srs. Vereadores que votaram contra esta proposta pudessem explicar a sua posição numa Assembleia que fosse agendada com este ponto específico, para realmente se resolver isto. E essa Assembleia teria um carácter de urgência e, por isso, a minha proposta é que fosse já na próxima quarta-feira. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP)[069](#)

Presidente da Mesa[070](#)

Vogal António Manuel Coimbra (PPD/PSD)[071](#)

Presidente da Mesa[072](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:[073](#)

”Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Mesa, distintos deputados. Algumas questões que foram colocadas em relação à questão dos documentos. Penso que em relação à Comunicação, distribuámos aquilo que está na Lei, e que são os balancetes relacionados com as empresas. Quanto às prestações de contas, julgo que era isso que pretendiam, não era hábito nem tínhamos essa percepção de que estavam em falta e, portanto, houve uma falha dos serviços que com certeza será corrigida.

Nós vamos solicitar que enviem, uma vez que as contas foram aprovadas há já algum tempo na Câmara e não haverá nenhum problema em enviá-las.

Em relação àquilo que foi dito pelo deputado Salavessa em relação à questão do espaço para lá da A25/Refer, eu fazia uma nota com a questão que também foi levantada sobre a Marinha da Troncalhada. Nós temos neste momento em curso alguns projectos financiados ao nível do MaisCentro e do ProMar, nomeadamente, dois. Um sobre “salicultura: passado, presente e futuro” e que será uma alteração substancial do próprio museu, com o sentido de tornar uma visitação mais “hi-tech”. Temos também previsto a colocação de alguns circuitos pedonais de lazer, não são circuitos tradicionais, serão de lazer, com ponto de partida na Marinha e ponto de visitação por aquela zona da Lota e de todo o espaço das marinhas que, para nos, é muito interessante.

Em relação à questão das contas, da redução da dívida e dos valores relacionados com compromissos e facturação, é importante referir que muitos dos compromissos agora assumidos têm eles próprios participações elevadas. Quando se faz uma análise aos compromissos que existem, neste momento, é sempre feita, também, uma análise às receitas que nós vamos obter. Portanto, se olharmos àquilo que está descrito como compromisso, e em cima estivermos a ver os projectos financiados e quanto é que têm de participação, recordo que, neste momento e estão cabimentados, estão assumidos como compromissos vários centros escolares que estão em candidatura e que, por isso mesmo, estão como um compromisso mas ainda nem sequer têm execução física. O contrato está para o Tribunal de Contas e não podemos andar para a frente. E, portanto, são compromissos que terão execução a partir do momento em que haja condições de disponibilidade.

Duas notas em relação ao Bloco de Esquerda. Não vou falar muito sobre o Beira-mar, uma vez que há a solicitação de uma Assembleia Extraordinária, mas há duas coisas que faço questão de transmitir.

A primeira tem a ver com uma coisa que foi referida e que eu costumo dizer: o Bloco de Esquerda parte sempre de premissas erradas. Uma delas falou de concessão à SAD. Quem teve acesso ao contrato de gestão, não é um protocolo, é um contrato de gestão, ficou muito claro que esse contrato de gestão é feito com o Sport Clube Beira Mar e não com nenhuma SAD, e é absolutamente proibido ao Sport Clube Beira Mar passar a posição contratual para terceiros de qualquer forma e feitio, sem autorização da Câmara.

Se o Beira-mar quiser rever as posições e até pagar mais, perfeitamente...

E outra nota que eu achei de muito mau tom até para um partido que se diz de esquerda. Aliás, chama-se Bloco de Esquerda.

A presunção de que uma pessoa tem determinadas qualidades ou defeitos com base na sua nacionalidade. Aquilo que afirmaram sobre a pessoa que pretende investir no Beira-mar só porque tem uma determinada nacionalidade, é de um mau gosto que não cabe nesta Assembleia Municipal. E, portanto, acho que deviam rever isso. Eu não me sinto, porque não tenho problemas nenhuns, mas acho que é de muito mau gosto para um partido de esquerda.

Dois pontos mais céleres. A questão da queda do muro. Há um compromisso da ARH que está firmado aquando da assinatura daquele protocolo que passaram para nós e que determina que será a ARH a fazer aquela obra.

A última vez que tivemos informações sobre isto foi de que o concurso tinha ficado deserto. Aguardamos que cumpram uma obrigação da ARH.

Sobre a requalificação das zonas industriais e que foi aqui levantada. Temos vários processos em curso, quer na zona industrial de Taboeira, quer na zona industrial de Mamoadeiro, quer na zona industrial de Eixo. São vários processos, alguns deles envolvem a Estradas de Portugal e acessos, nomeadamente na zona industrial de Taboeira com um acesso que pretendemos directo à A25 e que é importante para desenvolver a parte norte, noroeste, da zona industrial, e, portanto, são processos que nós temos vindo a acompanhar no sentido de as melhorar e dar mais acessibilidades. A própria requalificação da 230-1 em Eixo terá uma mais-valia em termos de zona industrial. Continuamos a desenvolver processos em termos de zona industrial de Mamoadeiro.

Quanto à questão do modelo de paragens para os barcos nos canais. É algo que nós pensámos, foi algo que pretendíamos implementar quando os TaxiRia passaram para a MoveAveiro, mas não foi possível, nessa altura, devido às condições. É um modelo... tem vantagens, tem desvantagens. Nós vamos continuar a analisar.

Última nota. Foi falado por algumas pessoas a questão da revisão do plano de saneamento financeiro. Tal como foi aqui dito e eu já o afirmei, quer nesta Assembleia, quer na própria Câmara, na própria lei decorre isso, os planos podem ser revistos anualmente. Aquilo que nós pretendemos foi, como todos os planos, achamos que um plano de doze anos tem pontos de revisão, obrigatoriamente, ainda por cima com as condições voláteis em que tem vindo a estar o mercado de capitais e a nossa economia. É importante fazer revisões de “x” em “x” tempo. Pensámos que fosse uma boa altura quando fosse o término ou quando estivéssemos perto do término do período de carência. Até porque aí teríamos uma visão clara de quais seriam os encargos financeiros para o futuro.

Nós estamos a preparar isso para trazer aqui à Assembleia. Pretendemos trazer em Setembro, no máximo em Dezembro. É um processo complicado que nos leva a envolver vários técnicos da Câmara, mas sempre com duas percepções. E é importante retermos isto. Nós não vamos rever esta medida em específico. Isto é um ponto de uma das medidas do plano de saneamento financeiro. Para nós é apenas uma parte.

Eu gostava de referir que, em relação a esta medida, o que foi aqui não corresponde à verdade. É perceptível que as pessoas não pensem isso. Esta medida foi introduzida numa altura em que nós tínhamos a percepção de que no mercado havia, de facto, interessados, não na gestão do equipamento só por si, mas na gestão do equipamento e no espaço próximo.

Como é óbvio há vantagens, o mercado, na altura, tinha essa disponibilidade, agora não tem, como é fácil de ver. Nós sabemos a situação económica em que estamos e as condições, portanto, mudam.

Pareceu-nos interessante, e não vou falar sobre o contrato de gestão, mas pareceu-nos interessante uma parte da questão estar resolvida, até porque podia-nos dar uma possibilidade de encontramos uma forma diferente para o restante.

Eu só vos queria dar esta nota final em relação a este ponto em concreto.

O plano é um Plano de Saneamento. Tem uma parte de empréstimo que tem de ser pago ao longo dos nove anos que faltam até ao seu término. Essa parte de pagamento nunca esteve em causa com esta medida. Se virem e se observarem com cuidado o próprio plano, esta medida servia para fazer investimento. Ou seja, era uma medida de receitas para obtermos co-financiamentos comunitários e, assim, termos uma alavancagem maior. Se isso não acontecer, se não tivermos esse dinheiro, a alavancagem será menor e teremos que procurar outras alternativas, sempre numa óptica de termos dinheiro para alavancar investimento comunitário. É isso que temos feito. Se vocês virem, todos os investimentos de monta que têm ido à reunião de Câmara têm financiamento comunitário. E, portanto, era esta a nota que eu queria dar, se quiserem, de facto, e houver interesse em perceber como é que funcionam as coisas, e não perceberem este ponto como uma desculpa para votar sim ou não no protocolo.”

Vice-Presidente Carlos Santos:[074](#)

”Sr. Presidente, restantes elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados.

Respondendo a algumas questões que aqui foram levantadas. Bruno Costa, Rui Vaz, Triatlo, S. Jacinto, Desporto, Centro de Alto Rendimento. Dizer-vos o seguinte. Temos uma relação excelente com a Federação Portuguesa de Triatlo e, por essa razão, se tem realizado em Aveiro e em S. Jacinto as mais importantes provas nacionais de Triatlo. Como sabem temos excelentes condições naturais para fazer as três provas do Triatlo: o atletismo, o ciclismo e a natação.

Temos numa área relativamente restrita essas excelentes condições e, também devo dizer, que em S. Jacinto temos sido muito bem recebidos e que a Junta de Freguesia tem agarrado muito bem esta ideia do desporto e do Triatlo. A Junta tem estado muito bem neste processo.

A questão aqui levantada pela Dra. Ana Seíça Neves e também pelo Presidente João Barbosa relacionada com a degradação das muralhas do Canal Central. Como sabem, a ARH Centro assumiu essa obra e, há cerca de um ano, lançou um concurso que ficou deserto e, a seguir ao lançamento do concurso, tentou fazer uns ajustes directos. O que é certo é que ainda não conseguiu. Nós estamos constantemente a pressionar para ver se este problema se resolve porque, realmente, esta situação está a degradar-se um pouco. Está a degradar-se claramente. Também falar-vos num aspecto que eu considero importante e que é o Gabinete das Freguesias e Delegação de Competências. Face ao quadro negro que na Câmara está tudo de rastos, que está tudo mal e que está tudo absolutamente mal, também é justo dizer que há poucas autarquias que deleguem tantas competências nas freguesias como a Câmara Municipal de Aveiro faz.

Na última reunião de Câmara não se falou só no caso do contrato de gestão. Foi aprovado um pacote para as Juntas de Freguesia no valor de um milhão e quatrocentos mil euros. No ano passado só tínhamos quatro delegações de competências nas juntas de freguesia, tínhamos limpeza de valetas, passeios, espaços verdes e escolas, e agora ampliámos para parques infantis, tanques, pontes, parques de lazer e polidesportivos. Aqui vamos meter, nas freguesias, setecentos e setenta e um mil euros.

Este protocolo refere um conjunto de alcatroamentos. Vamos dar seiscentos mil euros às freguesias para fazerem trinta e nove pavimentações num conjunto de freguesias. As freguesias lançam as obras, nós fazemos os autos de medição, nós pagamos às juntas de freguesia. Também dizer-vos que não contabilizámos o apoio que dispensamos, às freguesias, em máquinas. Não temos um parque de máquinas bom, longe disso, era importante que tivéssemos meios para mudar o parque de máquinas, a frota de viaturas da Câmara. Só recentemente adquirimos uma motoniveladora que foi um bom investimento, mas precisamos de mais máquinas.

Falar-vos agora do problema do Beira Mar. toda a gente falou no problema do Beira-mar, é uma preocupação de toda a gente, e eu gostaria de dizer o seguinte.

Nós levámos, precisamente no mesmo dia, a reunião de Câmara a extinção da EMA e levámos o contrato de gestão para o estádio. Fazia todo o sentido que nós conseguíssemos resolver os dois problemas. Fazia todo o sentido extinguir a EMA e fazer a entrega, através de um documento, da gestão do estádio.

Retirámos o ponto e não o tratámos nessa altura. Conversámos sobre o ponto, retirámo-lo e andámos, praticamente, durante um mês a ver se estabelecíamos consenso para fazer a entrega do estádio e houvesse um papel a clarificar essa situação, a dar alguma segurança para essa situação. Nós submetemo-lo a toda a gente e tentámos apoios. Acho que era importante que este consenso funcionasse, que as pessoas se interessassem por isto, porque o Beira-mar é um clube importante. Não há aqui negócios, eu não tenho jeito para os negócios de bastidores, nem com nada disso. Não estou, rigorosamente, envolvido. Podem dizer o que quiserem, não tenho relações nenhuma com negócios em relação a isso. Era importante que o Beira-mar, na primeira divisão, tomasse conta do estádio porque a Câmara não tem vocação para gerir estádios, e que se responsabilizasse pela manutenção do estádio e para ter meios para andar para a frente e fazer um bom trabalho.

O Beira-mar é um grande clube. O Beira-mar tem uma multidão na formação. Estou farto de dizer isso aqui. Os Srs. saiam do Concelho de Aveiro, vão bem perto de Aveiro e vejam as infra-estruturas desportivas que outras Câmara concluíram para os pais e as crianças não andarem umas por S. Bernardo, outras por Frossos, outras não sei por onde. Eu acho que é nosso dever, nós autarcas, tentarmos resolver este problema, e como cidadãos tentarmos resolver este problema. Muito obrigado. Eu agora fico por aqui.

Vai haver, naturalmente uma sessão extraordinária. Eu direi o que penso desse processo, explicarei exactamente o que penso disso, com apoios, com escritos que recebi, com trabalhos de juristas que me deram. Aquilo que estávamos para fazer e não fizemos, eu não tenho nenhuma dúvida de vir a ser preso por ter votado favoravelmente. Não tenho dúvida absolutamente nenhuma em relação a isso. E também penso que quem votou contra não sei se serviu bem os interesses do Município, os interesses do Beira-mar, os interesses dos aveirenses, pela informação que tenho. Mas eu admito estar a ver mal o problema. Eu admito estar a ver mal a questão. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:[075](#)

”Dr. António Salavessa, a questão inicial que coloca quanto à não referência, pela minha parte, dos dois assuntos candentes, Beira-mar e Pelouros. Essa foi das decisões difíceis que tive de tomar antes de começar, porque é a situação em que somos presos por ter cão e por não ter cão.

A questão é esta: eu ia apresentar à Assembleia Municipal uma Comunicação, uma síntese do que se passou nos meses de Abril e de Maio — eu estou a falar no meu entendimento, naturalmente, o não falar nos assuntos candentes pode ser interpretado por não querer falar nos assuntos.

Uma referência a assuntos candentes por minha iniciativa no âmbito de uma Comunicação restrita em tempo cronológico, poderia ser atendida pela Assembleia como um abuso da minha parte por querer introduzir na discussão assuntos que têm outra altura para serem discutidos. Mas, como percebeu, e percebi que percebeu, na sua afirmação, ficámos naquele entre vírgulas que foi utilizado: «e para outros assuntos, mesmo que fora deste enquadramento cronológico, estamos disponíveis», como é o caso.

Quanto à distinção feita, penso que foi a primeira distinção do movimento sindical. Naturalmente que pode haver aqui alguma injustiça em termos cronológicos ou de data, mas o importante é que houve um reconhecimento de forças vivas do nosso concelho que ao longo de cerca de oitenta anos têm contribuído para a emancipação e para o respeito dos trabalhadores. Certamente, e se for possível anualmente, era interessante haver essa distinção a essa área de intervenção na comunidade e na sociedade.

Quanto ao PU Pólis e àquelas alterações no Parque da Cidade, no essencial, a ideia era esta: o estudo que consta no PU, neste momento, cria uma cortina muito forte que tapa a EN109 do que será o Parque, pareceu-nos que era interessante, pelo menos, estudar e avaliar uma outra forma de distribuir essa construção, que não essa, que não nos pareceu a mais desejável.

Quanto ao terreno pantanoso que nós andamos aqui com o Beira Mar. Nós estamos em terreno firme, claro e transparente; os assuntos são discutidos na Câmara; são discutidos aqui com toda a liberdade, até por pessoas, como foi agora o caso, não o conhecem com muito rigor.

Aliás, a afirmação que fez quando disse que este processo teve início em dois mil e oito, demonstra que não conheceu que este processo começou a ter início em dois mil e um, há dez anos e não agora.

As muralhas do canal central, parece-me ter sido essa a designação utilizada, penso que já está esclarecido. Essa obra foi assumida, inicialmente havia aqui dúvidas, na Assembleia foi, por diversas vezes, colocado o assunto, mas houve uma clarificação dessa responsabilidade entre o Município e a ARH. Na transferência da gestão dos canais, a questão ficou do lado de lá, a questão do arranjo do muro. Houve esta dificuldade que o Dr. Pedro já referiu: um concurso deserto e todas as burocracias que se vão seguir para tentar resolver o assunto.

Quanto à MoveAveiro é uma situação muito preocupante. Tem de ser estancada. Todos queremos que os aveirenses tenham bons transportes em Aveiro. Não tenho qualquer complexo, da minha parte, em que sejam públicos ou sejam privados, o que importa é que sejam bons transportes. E também não queremos que os aveirenses, como disse e bem, na suas contas, que nós todos continuemos a suportar dois milhões e meio de prejuízo anual que aquela empresa nos dá.

Quanto aos Correios. Penso que já aqui foi referido, este assunto foi tratado directamente pelos CTT com as diferentes Juntas de Freguesia. Nem os CTT, nem as Juntas, entenderam a nossa participação como necessária, ou como útil, e só recentemente é que houve esse contacto. Houve uma diligência da parte de algumas Juntas de Freguesia e, na semana passada, já tivemos uma primeira reunião do município em que procurámos concertar e articular também esse assunto. Dentro do possível, porque está em causa o serviço público, procurar saber as razões das Juntas de Freguesia e, naquilo que nos seja possível, apoiar-las, envolvendo, naturalmente, a ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias, porque esta questão das Estações dos Correios não se passa apenas no Concelho de Aveiro. Passa-se no todo nacional e parece-nos que é importante que haja uma entidade, neste caso a ANAFRE, que possa, em representação desse todo que são as juntas de freguesia do país, tomar uma posição conjunta. De qualquer forma, esta questão também é preocupante.

O elaborar uma comunicação é sempre um acto, como compreende, moroso. São dois, três dias, para conseguir elaborar uma comunicação. Depois é complexo; é um mundo, como se percebe, imenso, que se tem de tratar, que se tem de reflectir, que tem de se procurar verter para o papel. É, também, um momento selectivo, pois não podemos colocar tudo, mesmo assim ainda ficam trinta e uma páginas, tudo muito encurtado. Nem sempre o espaço será dividido com a perfeição desejável, mas para isso também haveria que mudar alguma coisa na lei. Neste momento, como sabe, e há muitos anos, a lei funcionaliza os eleitos, a lei transforma-nos em funcionários do Município. E acabamos por ter muito pouco tempo para coisas importantes como deveria ser esta comunicação à Assembleia, porque é o momento em que o Executivo contacta, relata e informa a Assembleia daquilo que se passa, e a Assembleia, como órgão fiscalizador, deveria ter acesso a uma informação mais cuidada, mais aprofundada, mas para isso os eleitos não deveriam ser os funcionários que são, neste momento.

O Quartel R10 já foi uma questão que a Dra. Ana Seíça Neves aqui colocou na última reunião. Havia a ideia que se tinha ido lá; vamos averiguar o que é que se passou.

A ideia dos Molicheiros é interessantíssima. Aqui nunca há patronos de ideias, todos colaboramos com o mesmo fim, com o mesmo objectivo, e elas são fundamentais. Aliás, eu costumo dizer muitas vezes que para fazermos algo de concreto precisamos apenas de três

coisas: a primeira são ideias, a segunda são ideias e a terceira são ideias. E não precisamos de mais nada do que isso. A partir daí, uma ideia que nos entusiasme é uma ideia que é concretizável.

Quanto ao novo acesso à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, a indicação que nós temos é que em Outubro irão iniciar-se os testes dessa unidade e que o funcionamento irá ocorrer, previsivelmente, em Janeiro do próximo ano. Está a decorrer a fase de negociação de terrenos e quero aqui relevar, por ser justíssimo, o empenho e o trabalho que o Sr. Presidente da Junta, Antero Marques dos Santos, tem tido neste processo. Para nós tem sido muito valioso, nomeadamente nesta questão dos contactos, do levantamento topográfico que foi feito agora, dos contactos com os proprietários, dos nomes das pessoas, das abordagens às pessoas... como imaginam, não é fácil fazer este trabalho. Estamos com um apoio inestimável do Sr. Presidente da Junta e estamos todos empenhados em solucionar este assunto e em concretizar mais esta obra.

Prof. Manuel António entendi a ideia excelente. A ideia que apresentou parece-me excelente. Este é o órgão máximo, este é o órgão que representa genuína e democraticamente todos os aveirenses. Não temos nenhum prurido, nem nenhuma dificuldade, em que este assunto do Beira-mar possa ser aqui discutido com toda a abertura, com toda a lisura, com toda a naturalidade, e, no fundo, se procure aquilo que é fundamental que é encontrar-se uma solução que sirva os interesses do Município e que sirva também os interesses da nossa comunidade, neste caso, de uma instituição quase centenária que é o Sport Clube Beira Mar.

Por isso tenho dúvidas se hei-de entrar no campo do Beira Mar ou não, nomeadamente face a algumas afirmações que foram aqui proferidas, porque poderemos ser redundantes. Estou a dizê-lo hoje e vou dizê-lo daqui a oito dias, e passo a vida a dizer as coisas.

Só uma ou duas notas soltas para dizer isto. Daquilo que aqui foi dito, que o PS é muito preventivo, pode ser muito preventivo agora, mas foi muito desprevenido no passado. Muito desprevenido. Ficou aqui claro, pelo relato que aqui foi feito, com factos e com números, reportado em documentos, que ficámos “atolados” em quinze milhões de euros.

E agora imaginem-se a chegarem a uma instituição ou órgão e a confrontarem-se com uma entidade que chega e pede que se construa isto, mais isto, mais isto. Imaginem e percebem drama que nós temos.

E o que se passou em dois mil e oito, e o PS pode dar as voltas que quiser a isto, pode por a questão como quiser, pode enfeitar como quiser, mas o que se passou no protocolo de dois mil e oito foi algo que para nós foi decisivo para Aveiro, para o Município, para os Aveirenses.

De uma situação que devíamos, que estava assumido, de quinze milhões de euros, nós, em dois mil e oito, limpámos com o protocolo todas essas situações que tinham ficado. Todas! Todas! É verdade que ficámos com um problema que aqui é colocado recorrentemente. Que é o terreno da Piscina. É verdade que, no meio de todos os problemas que existiam, dos tais quinze milhões que tínhamos que gastar, ficou-nos aqui este problema. Mas valeu a pena para o Município e para os Municípios terem a tranquilidade de saberem que as coisas ficaram claras. Ficou claro. O Beira-mar ficou com um terreno que já utilizava, de facto, há vinte e cinco anos. As coisas ficaram limpas e ficaram claras. É um processo que nos parece, e podemos retomar essa Assembleia dessa forma. Agora, não os “parece é” que alguém que foi desprevenido, se deixou levar pelo processo, venha agora falar que é uma entidade muito prevenida. E depois, também só um reparo a esta: «não tivemos capacidade de resolver o problema». Eu recordo-me daquelas cenas que se passaram em reunião de Câmara.

O Dr. Marques Pereira está aqui e é testemunha disso. Em que queríamos resolver esses assuntos com o Beira-mar, em que na altura o Executivo era constituído por cinco membros da coligação e por quatro membros do Partido Socialista. E na altura, o Dr. Miguel Capão Filipe, que era Vereador, não podia votar porque o seu pai era Presidente da Direcção do Beira Mar. Nós discutíamos assuntos do Beira-mar, levávamos propostas do Beira-mar para as reuniões de Câmara e quando chegava a altura da votação o que é que acontecia: o Dr.

Miguel informava «como sabem eu não posso votar porque o meu pai é o Presidente da Direcção e, portanto, ausento-me da reunião de Câmara». E os quatro membros do PS levantavam-se e saíam. Isto passou-se, pelo menos, duas vezes. Isto pode custar a ouvir. (vozes discordantes da bancada do PS). Desculpe lá... eu vou repetir porque pode ficar a ideia que é assim. Eu não estou nas explicações. Estou a relatar factos.

Chegava a altura da votação e o que é que acontece. O Dr. Miguel saía porque, legalmente, não podia votar e os quatro elementos do PS saíam. Ficávamos com quatro membros e sem quórum. — é que nós tomamos as posições e depois, passado o tempo, é sempre desagradável quando confrontados com aquilo que é feito.

Foi isto que se passou. Houve, pelo menos, duas reuniões de Câmara em que foram dois protocolos com o Beira-mar em que as reuniões terminaram porque deixaram de ter quórum porque o Dr. Miguel não podia estar e os outros ausentaram-se.

Há mais considerações aqui, enormes. Temos que falar nisto, mas penso que a ideia, se for aprovada, nó teremos oportunidade de dizer aqui quem é que andou a passar os tais cheques em branco.

Sobre os Pelouros, dizer-vos o seguinte:

Quando foi constituída a lista da coligação procurámos que ela também tivesse, em termos cronológicos ou de idade, um leque alargado. Tínhamos duas pessoas já com alguma experiência autárquica e também com alguma experiência de vida. Tínhamos dois outros membros com já uma boa experiência autárquica, mas ainda com uma longevidade ainda pela frente, o Dr. Pedro e a Dra. Maria da Luz, e pareceu-nos que seria interessante, para valorizar a equipa, termos dois elementos novos. E foi isso que aconteceu.

Ao fim de um ano, como é conhecido e é público, senti necessidade de haver um acerto em alguns pelouros, e, recentemente, senti necessidade de, em relação a esses acertos, retirar mesmo o resto dos pelouros.

Quero começar por vos dizer que em quarenta anos que integro órgão executivos, estes foram os únicos casos em que retirei pelouros ou trabalhos ou competências, que haviam sido distribuídos. Por isso, não sou propriamente um Presidente militarista que ande todos os meses a tirar e a pôr pessoas e a substituir pessoas. Procurei sempre valorizar as pessoas, procurei dar-lhes espaço, procurei que todas as pessoas com quem tenho lidado desenvolvam o seu trabalho, procurei descentralizar, e, até nas relações com a Assembleia, penso que nestes cinco anos e meio isso foi evidente. Deixou de ser apenas o Presidente a falar e a dar esclarecimentos e a dar respostas aos assuntos, em que muitos deles nem conhecia e não sabia a resposta. Mas havia sempre uma resposta. Havia alguma centralidade nessa relação e nessa informação.

Na prática, penso que nós temos implementado esse sistema de procurar valorizar as pessoas. Naturalmente se houve alteração aos pelouros é porque não estou satisfeito. Se estivesse satisfeito as coisas mantinham-se conforme estavam. O problema é que eu tenho responsabilidades acrescidas. A minha primeira e maior obrigação é fazer tudo para manter a equipa a trabalhar, a cumprir as suas obrigações e a respeitar os nossos compromissos.

E seu eu notar, mesmo erradamente, porque nós somos humanos e fazemos leituras por vezes não correctas, que tenha feito uma leitura menos ajustada da situação, mas seu eu notar alguma viscosidade ou algum mau funcionamento, eu sou moral e eticamente obrigado a actuar em nome da união, em nome da solidariedade, e em nome do interesse mais geral do grupo, dos funcionários, dos vereadores, dos partidos da coligação, de todos. Sou obrigado a actuar.

Mas as razões de uma decisão desta natureza implicam sempre, directa ou indirectamente, uma tentativa de apreciação a cada uma das pessoas, remetendo sempre para apreciações de carácter pessoal. No entanto, nós estamos aqui no órgão político. Estamos aqui para apreciar políticas e não estamos aqui para apreciar pessoas. Pelo que apenas devo dizer que esta decisão que tomei procura reforçar e aumentar a união da equipa como um valor fundamental,

dar-lhe consistência para trilhar os caminhos que temos pela frente; procurou elevar os sentimentos de solidariedade trabalhando para o grupo e não para projectos individuais; procurou aumentar e eficácia do nosso trabalho em equipa para tentar criar condições para o cumprimento, como aconteceu no primeiro mandato, de pelo menos noventa por cento dos compromissos eleitorais que nós assumimos. E, por último, procurou preparar muito bem os dois últimos anos do nosso mandato. Dizer mais do que isto, como compreendem, é entrar em apreciações de natureza pessoal o que eu nunca tenciono fazer e que nunca fiz ao longo dos últimos quarenta anos.

Uma nota final para dizer o seguinte, e tem a ver com a minha relação pessoal com os Vereadores, com os cidadãos, com toda a gente. Naquilo que se chama que de vez em quando é preciso dar uns murros na mesa, é preciso impor e é preciso ter mão e é preciso não sei o quê. Na minha escala valorativa, o primeiro valor deve ser o respeito que devo a cada cidadão em qualquer circunstância. Por isso, não quero, nem devo ter mão nas pessoas.

Eu não quero, nem desejo, nem ambiciono, comandar, nem impor nada a ninguém. Cada um é livre, ou deve ser, de tomar em consciência as suas decisões, tomá-las em liberdade.

Agora a partir desta liberdade e desta consciência que cada um tem para tomar a sua decisão, nomeadamente quando essa decisão se integra ou bole com uma equipa, com o grupo, com uma coligação, essa pessoa passa a ter que assumir, com a mesma liberdade e com a mesma consciência as consequências e as responsabilidades das decisões que tomou.

Ninguém deve ser marioneta nas mãos de ninguém, cada ser humano tem de ser tratado com respeito.

Qualquer decisão minha é naturalmente questionável. Qualquer decisão minha é falível. Qualquer decisão minha está sujeita à limitação natural da natureza humana, mas ela é tomada com este enquadramento valorativo. E com esta postura de procurar agir sempre com o máximo respeito por cada pessoa, mesmo com decisões difíceis que têm de ser tomadas, mas que têm de ser tomadas mesmo, em nome do que acredito ser o interesse de todos. Muito obrigado.”

Vereador Miguel Fernandes: - Nos termos do artigo 25.º do Regimento:[076](#)

”Sr. Presidente, eu invoco o regimento para a defesa da minha honra pessoal.

Face às declarações que foram feitas pelo Sr. Presidente não posso deixar de me pronunciar sobre estas insinuações que aqui foram feitas hoje.

Dr. Cartaxo, eu gostava que se deslocasse aqui ao pé de mim, por favor. Tenho aqui uma série de documentos que gostaria de apresentar à Assembleia, a cada uma das bancadas parlamentares. Solicito que venha cá, por favor.

Sr. Presidente da Mesa, com a devida vénia. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara. Caríssimos deputados. Ex.mo público.

Esta declaração cumpre porque aquilo que foi dito são insinuações quanto à desunião, à falta de solidariedade e ao pseudo-individualismo que aqui foi invocado.

Quero aqui declarar publicamente que no final do dia onze de Julho do corrente fui informado, através de um simples e-mail, pelo actual Presidente da Câmara, da retirada dos pelouros que me haviam sido atribuídos. Foi com surpresa e maior espanto que soube dos motivos absolutamente ridículos e falsos que foram invocados, pois fui acusado de não ter preparado, até ao passado dia oito de Julho, e por coincidência o dia seguinte à reunião da rejeição do contrato de gestão do Estádio Municipal, os seguintes assuntos: regulamentos dos canais da ria, esplanada na hora; primeiro relatório do departamento jurídico remodelado e uma proposta de compilação de regulamentos.

Quanto a esses assuntos quero, desde já e publicamente, declarar que todos eles foram objecto de propostas concretas elaboradas em tempo com a colaboração do Departamento jurídico da Câmara, como facilmente se poderá comprovar pelos documentos que o Dr. Cartaxo acabou de distribuir.

Cumpre-me dizer que só é possível cumprir os prazos que o actual Presidente da Câmara fixou se o próprio estivesse, nas reuniões, disponível, com vontade e interesse pessoal para receber o meu trabalho e dialogar com abertura e franqueza, para bem da nossa cidade de Aveiro.

Não posso aceitar a desculpa esfarrapada que se arranjou para justificar a retirada dos meus pelouros e que ainda por cima o tenha feito à custa de um linchamento público ao querer passar, a mim, uma imagem de leviano, porque isso é um ataque à minha honra.

A verdade é só esta. Os problemas da Câmara com o Beira-mar mantêm-se inalterados tal como os motivos que levaram à entrada da acção em Tribunal. E o actual Presidente da Câmara, até hoje, não foi capaz de ultrapassar esta situação.

É um erro, para mim, envolver de novo o Município de Aveiro num novo negócio com repercussões futebolísticas, sem que o processo com o Beira-mar tenha sido resolvido.

Reconheço que o protocolo de dois mil e oito, celebrado entre a Câmara e o Beira-mar, é o único acordo, repito, é o único acordo que, há data, oferece uma posição favorável para a defesa do interesse público deste Município de Aveiro.

O Beira-mar é, naturalmente, a instituição desportiva aveirense imprescindível na futura solução de gestão do Estádio Municipal de Aveiro, desde logo pelo seu longo historial desportivo e tradição na prática do futebol profissional. (ouvem-se vozes do público)...

Presidente da Mesa:

“Srs. deputados. Srs. deputados. Eu avisarei. Srs. deputados, haja serenidade.

Sr. Vereador queira concluir a sua defesa da honra atendendo ao facto de já ter excedido o seu prazo.”

Vereador Miguel Soares Fernandes:

“O Sr. Presidente deu-me a palavra para uso da defesa da honra. Há um deputado que me interpela...”

Presidente da Mesa:

“Apelo à capacidade de síntese do Sr. Vereador. Srs. deputados haja serenidade. Apelo à capacidade de síntese do Sr. Vereador para apresentar a sua defesa da honra. Queira concluir.”

Vereador Miguel Soares Fernandes:

“Quero lembrar que o Beira-mar tem assegurada a possibilidade de jogar no estádio através de um acordo de gestão de um espaço desportivo que foi assinado em Junho de dois mil e dez. O contrato de gestão do Estádio Municipal devia ter sido aperfeiçoado e debatido por todos os membros da vereação, desde logo pela importância que passou a ter para este Executivo.

É que este novo modelo de gestão nunca foi assumido como um verdadeiro compromisso eleitoral da coligação “Juntos por Aveiro” em dois mil e nove.

Se o Beira-mar tem um investidor de boa fé e se encontra disposto a ajudar o clube, isso significa que poderá existir um investimento privado no clube, mas que não deve lesar os interesses da Câmara.

Este assunto continua a levantar problemas legais que já podiam e deviam ter sido resolvidos com o consenso de todos: a Câmara, o Clube e, também, a própria Assembleia Municipal. Afinal de contas do que se trata a aqui é garantir o livre e esclarecido acordo das partes para se defender o interesse da Câmara.

Por princípio nunca fui contra a cedência da gestão do Estádio ao Beira-mar, apenas e tão só contra a forma precipitada como este assunto foi analisado e com o poder negocial da Câmara diminuído, sabe-se lá porquê, e que acabou na sua rejeição.

Tive a oportunidade de apresentar, por escrito, e com a antecedência que o Presidente da Câmara me permitiu, logo no final da primeira reunião interna do Executivo que versou sobre este assunto, a minha discordância, bem como a da minha colega, sobre este contrato. Esse contributo nunca mereceu qualquer comentário ou crítica do Sr. Presidente, porque foi ignorado ou desvalorizado. Pelo menos, até ao dia em que fui chamado a uma reunião, na sua presença, para ser ameaçado da retirada da confiança política do actual Presidente da Concelhia do CDS que acabou por acontecer, curiosamente, e ao arripio dos estatuto do nosso partido. E sem que o Vereador ou os deputados municipais tivessem sido consultados (ouvem-se vozes...).

Ao longo deste processo, o Presidente nunca, mas nunca, teve a vontade de partilhar a informação, nem de procurar o diálogo e perceber que havia diferentes visões no seio do Executivo, numa matéria que exigia uma solução consensual. Pergunta-se...”

Presidente da Mesa:

“Sr. Vereador, quer concluir ou sou obrigado a retirar-lhe a palavra. Queira concluir. Foi ultrapassado o tempo dedicado à defesa da honra. Usou da palavra com esse argumento regimental e não como intervenção de fundo. Fazemos um apelo, de facto, para o Sr. Vereador concluir no que diz respeito à defesa da honra e reservar-se para uma intervenção futura, se assim for o caso.”

Vereador Miguel Soares Fernandes:

“Sr. Presidente. Eu não posso deixar de entender isto como um atentado ao livre exercício do meu cargo de eleito local.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[077](#)

“Ponto de ordem à Mesa, Sr. Presidente. A minha intervenção não visou tirar a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Fernandes.

Está na mesa, há longo tempo, um requerimento para ser dada a palavra a todos os Vereadores da Câmara.

O Sr. Vereador não precisava de invocar a defesa da honra para argumentar. E o requerimento já deveria ter sido votado no sentido do direito ser atribuído a todos os Vereadores.

Portanto, a minha intervenção visou restabelecer aquilo que é um princípio regimental. O Vereador Miguel Fernandes não está acima de ninguém para poder usar da palavra da forma que entender e quando entender. Não está.

Aliás, o direito da defesa da honra, do meu ponto de vista, apenas está reservado aos membros da Assembleia, mas dando o Sr. Presidente o direito, não pode ser em termos gerais e sem limite de tempo. Precisamente quando está há largas dezenas de minutos na Mesa um requerimento que visa dar a todos os Vereadores a possibilidade de usar a palavra.”

(Após a interpelação feita, o Vereador Miguel Fernandes saiu da sala de plenário.)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[078](#)

”Para um Protesto. Já é mais suavezinho porque já houve uma justificação por parte do Partido Comunista Português. Mas devo dizer o seguinte. Para alguém que, nesta mesma sessão, pediu excepcionalmente a palavra para falar fora do tempo e que depois se levanta a protestar a destempo, parece-me e devo dizer-lhe que o meu protesto é basicamente este: fico triste com a atitude do PCP nesta Assembleia e não esperava ver esta situação!”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[079](#)

”Sr. Presidente. É para fazer um ponto de ordem, neste momento também transformado em protesto. De facto o meu colega de bancada, Dr. Pires da Rosa, já disse o essencial daquilo que eu iria dizer, que é não tem autoridade moral para pedir que uma pessoa interrompa aquilo que está a dizer quem já utilizou o dobro do tempo que poderia utilizar nesta Assembleia, com o beneplácito do Presidente.

Mas o que me transpareceu é que o Partido Comunista se sente muito incomodado com esta situação. E eu gostaria de saber porque é que o Partido Comunista está tão incomodado por um Vereador do CDS estar a defender a sua honra?”

Presidente da Mesa [080](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[081](#)

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos[082](#), nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista

Retomados os trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia[083](#) deu a palavra à Vereadora Ana Neves.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[084](#)

“Só vinte segundos para dar uma nota. Só para pedir desculpa à Assembleia. Todo o Executivo, para o bem e para o mal, funciona como uma equipa. Quando alguém se porta muito bem ficamos todos bem na fotografia, quando alguém se porta menos bem ficamos todos mal na fotografia.

Em nome do Executivo pedir desculpa da forma como o Executivo durante alguns minutos tratou no mínimo de forma deselegante a Assembleia. Peço-vos que entendam isso como um acontecimento, um acidente que se verificou, que não representa o nosso ser e o nosso estar. Muito obrigado.”

Vereadora Ana Neves - Nos termos do artigo 25.º do Regimento:[085](#)

“Boa noite. Obrigada. No final do dia onze de Julho fui informada, através do e-mail do Sr. Presidente da Câmara, da retirada dos pelouros que me haviam sido atribuídos. Não foi com surpresa que soube o motivo. Na quinta-feira, à tarde, no dia da votação do contrato de gestão a celebrar entre a EMA e o Sport Clube Beira Mar reuni com o Sr. Presidente, a seu pedido, tendo-me este advertido, antecipadamente, que existiriam consequências caso o meu voto não fosse conforme a sua expectativa.

Por princípio nunca fui contra a cedência da gestão do Estádio ao Beira-mar, apenas e tão só contra a forma como este assunto foi conduzido. Tomei conhecimento deste documento no final de uma segunda-feira, para que fosse votado na quinta-feira seguinte.

O documento era oclusivo e insuficientemente densificado, não vinha suportado com informação ou parecer do Departamento Jurídico da Câmara, como seria normal!

A Câmara não era outorgante, sendo o Beira-mar a parte que contratava com a EMA, entidade com a qual a Câmara tem um litígio complicado, carecendo todos os movimentos de redobradas cautelas.

Além disso, o Estádio é um dos activos mais valiosos sobre gestão municipal, tendo custado cinquenta e dois milhões ou se preferirem contabilizar as acessibilidades, sessenta e quatro ponto seis milhões de euros.

Numa segunda fase, encetei diligências em dois sentidos:

Na área da gestão procurei contribuir alertando o Sr. Presidente para a necessidade de se clarificarem pontos menos esclarecidos, de se evitarem certos compromissos e até na necessidade de se detalharem custos.

Na área do direito procurei informar-me. O Departamento Jurídico Municipal recusou-se a apreciar, para meu esclarecimento, o contrato de gestão, tal como já tinha feito para outros Vereadores — que eu desconhecia em absoluto.

Ouvi atentamente os fundamentos da ilegalidade e as recomendações ansiosamente defendidas pelo Vereador com o pelouro jurídico, Dr. Miguel Fernandes.

O parecer jurídico que tinha pedido a par com mais dois colegas de Vereação, e que foi conseguido por força dos membros da oposição, solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara não responde à questão da validade do contrato proposto, visto que o jurista declara, expressamente, não se pronunciando quanto ao respectivo clausulado, antes, colocando em evidência o conflito deste com o Plano de Saneamento Financeiro.

Numa terceira fase, voltei ao início do processo e analisei a adenda ao Plano de Saneamento Financeiro que estabelece relativamente à concessão do Estádio Municipal. A mesma perspectiva-se para o período compreendido entre os anos dois mil e treze de dois mil e vinte, sendo estimado o seu retorno financeiro em cerca de sessenta e cinco milhões de euros, desagregado da seguinte forma: três por cento no primeiro ano, sete por cento no segundo e cinco por cento ao ano até ao final do período em análise!?

Efectivamente o Tribunal de Contas visou um plano que permitiu à Câmara ir à banca buscar cinquenta milhões, mais oito milhões, sendo que este contrato, a concretizar-se por dez anos, iria deixar desequilibrado em sessenta e cinco milhões de euros um Plano que necessita desta receita para equilibrar as suas contas até dois mil e vinte.

Impõe-se, antes de mais, encontrar alternativas de receitas em montante equivalente e submeter ao Tribunal de Contas esta alteração do plano. Questão esta que não foi debatida no seio do Executivo, nem qualquer solução alternativa para recompensar a perda desta receita.

A EMA teve em dois mil e nove resultados líquidos negativos de quatrocentos e setenta e oito mil euros — tendo a Câmara atribuído cento e oitenta mil euros de subsídio à exploração. O que significa um total de seiscentos e cinquenta e oito mil euros.

Em dois mil e dez, teve um resultado líquido negativo de duzentos e noventa e quatro mil euros — sem atribuição de subsídio.

Em dois mil e onze as suas contas provisionais apontam para o equilíbrio, contando para o efeito com subsídios à exploração de cento e quinze mil euros.

Tudo isto para expor que, esquecendo a liquidação dos empréstimos contraídos junto de vários bancos que ficariam sempre do lado da Câmara, o Conselho de Administração da EMA está de parabéns pela melhoria significativa, colocando à Câmara um custo de exploração de nove mil quinhentos e trinta e três euros mês. Seria, nesta fase, interessante conhecer os relatórios de execução orçamental da EMA no primeiro trimestre e, se possível, já do segundo.

Face a tudo isto, o contrato de Gestão do Estádio Municipal não reunia as condições para ser aprovado nos termos propostos por colidir com o interesse público municipal.

No que diz respeito à actividade desportiva recordo que o clube tem assegurada a possibilidade de jogar no Estádio Municipal através do acordo de gestão do espaço desportivo assinado em vinte um de Julho de dois mil e dez, pela Administração da EMA.

Concluindo, não vejo que de reprovável possa ser apontado à Vereadora que, legitimamente, usou o seu voto para a defesa do interesse público, pois que me assiste o direito de discordar com a solução encontrada.

Continuarei, na qualidade de Vereadora da Câmara, até ao final do mandato, em defesa do interesse público e a actuar com critérios de rigor, transparência, imparcialidade e disponível para procurar uma solução que se demonstre juridicamente segura.

Esta votação não foi política, pessoal ou de bloqueio. É um voto de quem sentiu o dever de expressar a sua consciência no bem do interesse público, da minha cidade e da minha responsabilidade.

Quero acreditar que na política podem-se ter opiniões e sensibilidades diferentes e que é nessa pluralidade que os grupos se enriquecem.

Houve-se sem cessar que Portugal tem de mudar. Para quem souber apreciar, eu dei o meu contributo. Obrigada.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[086](#)

“Sr. Presidente, Srs. deputados. A minha intervenção visa simplesmente esclarecer que a minha intervenção intempestiva quando o Sr. Vereador Miguel Fernandes estava a usar da palavra tinha, e tem, como pano de fundo a existência do requerimento na Mesa que daria a todos os Vereadores a possibilidade de intervir, como acabaram por fazer recorrendo à figura da defesa da hora.

Dadas essas circunstâncias, eu digo aqui em público e na sessão da Assembleia aquilo que disse na reunião da Comissão Permanente. Eu não gosto nada de errar e custa-me muito reconhecer quando erro. Mas a verdade das coisas impõe esse reconhecimento.

A forma como intervim foi desadequada a esta Assembleia, e desadequada também ao rigor da interpretação do regimento e da lei que fiz.

O direito de resposta é um direito que assiste aos Srs. Vereadores, não tem limite de tempo estabelecido no regimento, e só uma visão parcial do regimento, feita na hora, é que permitiu que eu fizesse o erro que de facto fiz.

Peço publicamente desculpas ao Sr. Vereador Miguel Fernandes sobre a forma como intervim. E lamento muito que no desenvolvimento dessa questão o Sr. Vereador se tenha ausentado dos trabalhos, porque seria interessante, com certeza, ouvi-lo até ao fim.

Dado isto parece-me que o meu requerimento perdeu totalmente a tal eficácia. Se os Srs. Vereadores do Partido Socialista quiserem intervir podem sempre usar a figura da defesa da honra e, portanto, eu retiro o requerimento. Porventura poderei vi-lo a apresentar noutra situação, mas por hoje perdeu completamente o sentido.”

Presidente da Mesa[087](#)

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[088](#)

“Na altura houve uma defesa da honra por parte de Manuel António Coimbra e queria fazer a defesa da honra da minha parte e não foi possível. Portanto, eu, além da minha intervenção ia pedir minutos muito breves para fazer essa defesa da honra.

Aquilo que o deputado António Manuel Coimbra disse foi que na Comissão Permanente tinha havido concordância completa em relação a esta alteração. Isso não é minimamente, verdade.

A verdade é que, em Comissão permanente, foi-nos comunicado que havia intenção de fazer uma proposta. Aquilo que nós pedimos é que a proposta concreta chegasse aos membros, por via e-mail, e aquilo que sucedeu, na realidade, foi que ficou prometido até Setembro, em Comissão Permanente, discutir essa proposta. Não era agendar, unilateralmente, a proposta para a Assembleia. Não foi isso que ficou acordado. Nem sequer ficou minimamente acordado a concordância em relação à proposta. Ficou de se saber o teor da proposta.

Além disso, aquilo que aconteceu foi que o deputado António Manuel Coimbra apresentou na comunicação social, segunda-feira, as suas intenções, disse que ia levar o projecto à Assembleia, mas nós só tivemos conhecimento da proposta concreta na quinta-feira. Termina por aqui.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[089](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[090](#)

“Gostava de começar pelo que o Vereador Pedro Ferreira disse, aqui, sobre a minha primeira intervenção. E o que ele disse foi que, sobretudo para um partido de esquerda é de mau gosto falar da nacionalidade de alguém.

É interessante, agradeço o reconhecimento e a certeza que o Vereador tem sobre o facto de a esquerda ter razão relativamente à direita sobre a política de igualdade e de direitos entre pessoas de nacionalidades e etnias diferentes.

Reconheceu aqui que a direita falha completamente nesse aspecto e agradeço. Mas não foi de etnias que eu falei. Eu falei de sanções das Nações Unidas e de prevenção do que pode, eventualmente, ser branqueamento de capitais. Ficou aqui bem demonstrado que a Câmara de Aveiro não está interessada nisso.

Mas há um aspecto em que o Presidente da Câmara tem toda a razão no que disse. Estamos aqui para apreciar políticas. E é nesse aspecto político que importa esclarecer aqui uma questão que parece que confunde alguns partidos.

Porque se falou muito do eventual conflito de interesses entre o Beira-mar e a Câmara, como se isso fosse assim tão simples.

Uma coisa que nós temos que falar é do Beira-mar clube que permite a inúmeros jovens aveirenses praticar desporto, o que contribui para a sua formação social e a diversos níveis.

Nesse aspecto o Beira-mar não pode ser beneficiado mas também não pode ser prejudicado relativamente a nenhum outro clube, seja o Galitos, o Taboeira ou outro qualquer.

Outra coisa é o Beira-mar clube de futebol profissional, actividade desenvolvida dentro do que é o futebol como indústria. Pior ainda, actualmente, é um SAD cujos oitenta e cinco por cento do capital pertencem a um empresário Iraniano que ameaça nos jornais, isto vem nos jornais, fugir quando percebe que, eventualmente, pode não ganhar nada com isso.

O Beira-mar de que estamos aqui a falar é esse. É o Beira Mar da SAD. É esse.

E é esse que pretende ver concessionado o Estádio e é esse que teve negócios pouco claros com este Executivo da Câmara Municipal de Aveiro e que este protocolo, de facto, não ia resolver.

Nenhum euro dos cofres públicos deve ir parar aos cofres de nenhum clube profissional de futebol, nem de nenhuma sociedade anónima desportiva. E sublinhe-se que estamos a falar de uma sociedade, repito, cujo capital é desse empresário. Nem de forma directa, nem de forma indirecta. Aliás, a Câmara disse-o aqui e pode dizer quantas vezes quiser que não tem nada a ver com nenhum investidor. Mas o Beira-mar já fez saber publicamente que teme a fuga desse investidor interessado na SAD por causa do chumbo da cedência do Estádio.

Portanto, é óbvio que alguma coisa tem a ver. E a ligação entre esta SAD e a cedência é tão óbvia que, após esse chumbo, o CDS retirou a confiança política ao seu Vereador e o PSD quer que o outro renuncie ao seu lugar.

Solidarizo-me aqui, novamente, com ambos os Vereadores visados pela sua verticalidade e também porque, do ponto de vista pessoal, rejeito sempre linchamentos públicos. Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)[091](#)

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)[092](#)

Vogal Raúl Martins (PS)[093](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[094](#)

“Sr. Presidente e Srs. deputados. Tal como o meu camarada também queria tentar evitar entrar em discussões mais profundas acerca da questão do protocolo do Beira-mar, até porque, em bom rigor, não era minha intenção intervir hoje. Mas face às declarações do Sr. Presidente em relação ao anterior mandato não posso deixar de tentar aqui repor a verdade e

enquadrar as respostas, as afirmações que o Sr. Presidente fez para que possa ser avaliado o contexto em que tais situações aconteceram.

Diz o Sr. Presidente que malandros dos Vereadores socialistas que se ausentavam e inviabilizavam as votações, em face do facto do Sr. Vereador Capão Filipe estar impedido, pelo código do procedimento administrativo, de realizar as votações.

Mas V. Exa. tem muitos defeitos mas há um que não tem. É que V. Exa. não é um ingénuo e sabe muito bem fazer contas, pelo menos de mercearia. Isso tem provado. E em face, também, do agendamento que faz e das votações que quer realizar, e se sabe que há impedimentos de alguns dos Vereadores que sustentavam a coligação, V. Exa. tinha um expediente muito simples para assegurar sempre a maioria absoluta que detinha e que detém hoje. Que era substituir o Sr. Vereador nessa reunião de Câmara para poder assegurar essa votação.

De onde a acusação que imputa ao Partido Socialista, à época e, por ventura, agora, é absolutamente falsa e redundante, precisamente, na falta de diligência de V. Exa. e de responsabilidade e coragem perante os aveirenses da maioria absoluta que detém, não a querendo usar sacudindo a água do capote as responsabilidades que V. Exas. detinham e ainda detêm. E, portanto, gostaria muito de clarificar este ponto, para que os aveirenses percebam que a responsabilidade da condução deste dossier, desde dois mil e sete, pertence, única e exclusivamente, a V. Exa. Até porque, nesta matéria, V. Exa. Sr. Presidente não dá lições ao PS de colaboração. Se bem estou recordado, em Setembro de dois mil e sete, quando V. Exa. apresentou uma minuta de protocolo, aliás desqualificada, não foi objecto de nenhuma intervenção pública, à época, apenas de registos e contributos para que pudesse ser melhorada. No mês seguinte, se V. Exa. estará recordado, essa dita minuta de protocolo que V. Exa. queria muito que fosse votada e aprovada foi, por iniciativa dos Vereadores da Câmara de Aveiro eleitos pelo Partido Socialista, transformado num memorando de entendimento, em face das considerações genéricas que a dita minuta que nos foi apresentada continha. De facto, aquilo não podia ser um contrato, mas poderia ser um memorando de entendimento. Memorando esse que mereceu a concordância da maioria liderada por V. Exa. E da nossa perspectiva, bem.

O problema veio depois. É que a concretização desse memorando de entendimento começou por ser desastroso. E, de facto, V. Exa. tem razão. Em Dezembro desse ano nós abandonámos essa reunião de Câmara para inviabilizar uma coisa que foi um negócio de “lesa Aveiro” que se veio a provar que o futuro nos deu inteira razão. Que foi para inviabilizar a venda das piscinas, porque os documentos que nos foram presentes da avaliação desse imóvel eram de tal forma incompletos que não era possível a ninguém, em consciência, aferir do valor desse imóvel. E não estava lá só eu, como V. Exa. se recordará. Aliás, posteriormente a forma rocambolesca como V. Exa. tratou a venda das piscinas deu no que deu, e ainda nem sequer está resolvido. E essa é uma das questões que levou a que os Srs. Vereadores que defenderam hoje, aqui, a honra também terem votado contra este protocolo, segundo pude aqui ouvir. Essa também foi uma das razões.

Posto isto, Sr. Presidente, gostaria de lhe dizer o seguinte. Se, de facto, houver o entendimento de se reunir extraordinariamente esta Assembleia, ou outro fórum qualquer, para discutir a questão do Beira-mar os Srs. fazem como entenderem. Agora, os Vereadores desta Câmara de Aveiro eleitos pelo PS já deixaram muito bem vincada a opinião do Partido Socialista em relação a esta matéria do Beira-mar e do Estádio.

Mas eu quero terminar dizendo o seguinte. Os Srs. e o Sr. Presidente no anterior mandato e neste mandato, e ainda mais neste mandato, dispõem de uma maioria absoluta robusta.

É da responsabilidade de vossas excelências, desde o momento em que foram eleitos pela primeira vez e que têm condições neste Executivo e nesta Assembleia, a aprovação dos protocolos que entenderem. E o Sr. Presidente e a sua liderança foram sempre incapazes de atingir esse desiderato. Até porque, quando o Beira-mar desceu de divisão V. Exa. tinha um expediente óptimo para conseguir começar a debelar esses problemas.

O PSD acha que o PS foi muito despesista, mas há outro PSD que devia entender, como V. Exa. devia entender, que poderia ter revisto o protocolo à época e diminuir substancialmente os valores que a Câmara podia transferir para o Beira Mar. E V. Exa. não fez isso. Não fez isso. E devia tê-lo feito. Disse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[095](#)

”Dr. Miguel, se fosse possível. Obrigado. Isto hoje parece o hemiciclo mais ofendido do mundo. Em relação a estas explicações todas, elas tiveram como base uma afirmação minha, que foi esta: «pelo menos em duas vezes o Partido Socialista, no órgão executivo, ausentou-se em bloco das reuniões de Câmara. O Dr. Miguel dizia que não podia votar porque o pai era presidente da direcção’ e saía. E saía o PS com o Dr. Miguel. Ficávamos só quatro, perdíamos o quórum e acabava a reunião. Isto foi o que eu transmiti aqui. Em relação a esta facticidade o Dr. Marques Pereira sentiu a necessidade de repor a verdade e dizer que a minha afirmação é falsa. Sem entrar em divagações, em considerações, em análises, aquilo que eu disse aqui e que se passou é mentira?! A resposta é muito simples: é só sim ou não; se é verdade ou se é mentira. Só isso. Sem mais nada, sem considerações. Porque foi só isso que eu disse. O PS ausentou-se. Não quero explicações.

O que eu disse foi que se passou isto. Isto que eu disse foi verdade, o que se passou foi factualmente. Passou-se ou não se passou. É só isso que eu quero saber. Só isso, sem considerações.”

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[096](#)

“Eu quero agradecer ao Sr. Presidente, de facto, a pergunta que me dirige e voltar a repetir-lhe, não é!? O Sr. Presidente faz aqui hoje a figura do ingénuo. O Sr. Presidente é um ingénuo. E o Sr. Presidente nessas duas situações sabia muito bem que pontos é que estava a agendar e quais eram os Vereadores que ao abrigo da lei estavam impedidos de o fazer, e que na circunstância era o Sr. Presidente desta Assembleia.

Se o Sr. Presidente da Câmara queria ter a certeza absoluta que a sua maioria absoluta lhe permitia viabilizar o ponto que ele próprio tinha agendado se socorresse de um expediente muito simples. O Sr. Vereador que estava impedido fazia-se substituir nessa reunião, V. Exa., mesmo contra esse Vereadores do Partido Socialista que V. Exa. entende que abandonavam a reunião anti-democraticamente conseguiria viabilizar essas votações.

Coisa que o Sr. Presidente não fez por uma única e simples razão, Sr. Presidente. Porque o Sr. não queria. O Sr. não queria! Quis sempre, como quer hoje, sacudir as suas responsabilidades para cima do PS.

Sr. Presidente, faça-lhe um apelo: Assuma-se! Assuma a sua maioria absoluta, resolva o problema do Beira-mar que é da sua responsabilidade. Está há seis anos a crispar as relações com o clube e a hipotecar o clube, que é emblema desta terra, para que possa prosseguir o seu caminho e representar Aveiro.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)[097](#)

Vogal Paulo Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[098](#)

“Sr. Presidente. Vou ser muito breve e vou pedir desculpa ao Sr. Presidente e aos membros da Assembleia porque vou repetir um pouco os que os meus colegas já disseram. Não é meu hábito, mas nesta matéria sinto essa necessidade.

Sem usar a figura da defesa da honra, mas sinto necessidade de deixar em acta esta intervenção muito curta. Que até seria desnecessária se não fosse o Sr. Vereador Carlos Santos a fazer a sua intervenção sobre o Beira-mar, bastante apaziguadora.

Mas antes da sua intervenção houve a intervenção do líder da bancada do PSD, que eu lamento. E eu lamento porque acho inaceitável que, não tendo a maioria a capacidade de convencer os Vereadores, que foram eleitos e que sustentam essa maioria, a aprovar este protocolo, tenha a veleidade de imputar algum ónus ao Partido Socialista na aprovação deste protocolo. E acho ainda mais inaceitável porque deixa de ser uma posição de diferença de opinião que, de forma mais subliminar ou menos subliminar, passe um atestado de inconsciência, ou uma ideia de “anti-beiramarismo”, ou de menor dedicação ao desenvolvimento da cidade, ou relativamente ao bem comum.

As posições do Partido Socialista ou dos Vereadores que votaram contra estão sustentadas técnica e juridicamente. E, portanto, não saía bem com a minha consciência sem notar a minha indignação por esta ideia que se deixou passar. E disse.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[099](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[100](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[101](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[102](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[103](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[104](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[105](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[106](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[107](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:[108](#)

”Sr. Presidente. Dar algumas notas porque falaram alguns Vereadores que não tiveram voto de vencido. Foram pessoas que ganharam a votação. Nós também temos de ter alguma noção de que foi apresentada uma proposta e houve pessoas que votaram de determinada maneira e ganharam. E ainda por cima vieram explicar os pontos. A gente não falou e eu não irei falar sobre o protocolo.

Mas há duas considerações que foram aqui faladas e foram rebatidas e são coisas complicadas em termos daquilo que é a análise.

Primeiro ponto. Achei engraçado, foi mesmo engraçado, que se diga várias vezes, nesta Assembleia, a proposta dos sessenta e cinco milhões de euros de concessão do estádio que é uma coisa mirabolante, etc., etc., mas depois, para chumbar o protocolo, atenção que isto era o melhor do mundo e vocês estão a incumprir.

E depois, fantasticamente, eu digo que isso não tem nada a ver com pagar o empréstimo... «não, você está equivocado, apesar de ter sido você a fazer o plano, você está equivocado, está a dizer uma coisa que não é verdade».

Enfim. Acho que, pelo menos, deve haver o mínimo de respeito pelas pessoas que fazem as coisas quando se parte para a sua análise.

Segunda nota que eu também achei engraçada foi esta. Nós estamos contra porque, pasme-se, vocês estão a fazer um trabalho tão bom, aquilo está quase a dar lucro e, portanto, deixem-se estar porque vocês são um espectáculo. Foi dito.

Só uma nota como um dos administradores, neste caso o Presidente do Concelho de Administração, da empresa. O protocolo garante em absoluto que os custos que a Câmara tem, neste momento, serão inferiores.

E, por último, uma última nota. Não estamos a discutir o protocolo só estou a dar algumas notas. Pessoalmente, como responsável, e como quem vota. O meu voto era um voto vencido

porque o não cumprimento do protocolo de dois mil e oito não tem apenas consequências políticas mas terá, com certeza, consequências financeiras para o Município. E eu quero ver depois quem é o responsável, em termos de defesa do interesse público e do dinheiro que está em causa. Muito obrigado.”

Concluídas as intervenções o Presidente da Mesa [109](#)colocou à votação o voto de louvor à Equipa vencedora do torneio de “Futebol de Rua”, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

«Voto de Louvor

*Representando a Instituição **Florinhas do Vouga** e assumindo-se como representantes do distrito de Aveiro, uma equipa constituída totalmente por jovens do Bairro de Santiago, acaba de sagrar-se campeã nacional na **modalidade de Futebol de Rua**, cuja fase final decorreu no último domingo em São Jacinto.*

Competindo contra 16 concorrentes oriundos de vários pontos do continente e ilhas é de realçar o trabalho da instituição responsável que embora confrontada com situações económicas e sociais difíceis, conseguiu com trabalho e associativismo vencer o torneio, dignificando o Bairro de Santiago, a Freguesia e a própria cidade.

Face ao exposto “proponho que esta Assembleia aprove um voto de louvor a todos os envolvidos neste projecto”.»

Continuando, deu conhecimento ao plenário que, passa a exercer funções na Comissão de Protecção de Jovens e Menores como membro designado pelo grupo municipal do Partido Socialista, a D. Maria Cristina Regales Jesus Pires, em substituição de D. Marília Martins.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada [110](#)a terceira reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 18 de Julho (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 02:15 horas do dia 14 de Julho de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(6:15)